

**O papel de Portugal nas Operações de Paz:
Uma análise comparada das Missões no
Afeganistão (2002-2014), Kosovo (1999-2017) e
República Centro-Africana (2017-2025)**

Versão Final Após Defesa

Vicente Filipe Santos Ferreira Carvalho do Carmo

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Relações Internacionais
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor João David Malagueta Terrenas

Dezembro de 2025

Folha em branco

Declaração de Integridade

Eu, Vicente Filipe Santos Ferreira Carvalho do Carmo, que abaixo assino, estudante com o número de inscrição M14720 de/o Mestrado em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, declaro ter desenvolvido o presente trabalho e elaborado o presente texto em total consonância com o **Código de Integridades da Universidade da Beira Interior**.

Mais concretamente afirmo não ter incorrido em qualquer das variedades de Fraude Académica, e que aqui declaro conhecer, que em particular atendi à exigida referenciação de frases, extratos, imagens e outras formas de trabalho intelectual, e assumindo assim na íntegra as responsabilidades da autoria.

Universidade da Beira Interior, Covilhã __08__ / __12__ / __2025__

(assinatura conforme Cartão de Cidadão ou preferencialmente
assinatura digital no documento original se naquele mesmo formato)

Folha em branco

Dedicatória

Gostaria de dedicar este trabalho aos meus avós, Maria Odete Ferreira de Carvalho, Vasco Caetano de Carvalho, e Maria da Conceição Vargas Santos, por me mostrarem o valor do amor e da persistência, valores que levarei para sempre ao peito e nunca esquecerei.

Folha em branco

Agradecimentos

Gostaria primeiramente, de agradecer ao meu orientador, Professor Doutor João David Malagueta Terrenas pela sua dedicação e compreensão ao longo deste desafio, e desejar-lhe nada menos que um futuro tão brilhante quanto o professor merece.

Em segundo, gostaria de agradecer aos meus pais e à minha família por todo o apoio, amor e compreensão incondicionais, não só ao longo desta etapa mas ao longo da minha vida, a eles estarei eternamente grato.

Em terceiro quero agradecer à minha namorada, por em momentos tão escuros, iluminar o caminho e amar-me como eu nunca pensei que pudesse ser amado.

Gostaria também de agradecer aos meus afilhados, por me darem a oportunidade de construir uma família da qual tanto me orgulho.

Não podia claro deixar de agradecer aos meus irmãos da Tuna Orquestra Académica Já b'UBI & Tokuskopus por não só fazerem estes últimos 5 anos os mais memoráveis da minha vida, mas por me ajudarem a crescer enquanto indivíduo, adoro-vos malta, ELEBARE!.

Por fim gostaria de agradecer a todos os meus amigos com a qual partilhei bons momentos e criei histórias ao longo destes anos, a todos vós, bem-haja e um grande abraço!

Folha em branco

Folha em branco

Resumo

Esta dissertação tem como objetivo compreender o papel de Portugal em Operações de Paz contemporâneas e a sua respetiva relevância para a política externa portuguesa, nomeadamente a participação de forças portuguesas em três esforços internacionais diferentes, sendo estas a Força Internacional de Assistência à Segurança (FIAS) no Afeganistão de 2002 a 2014, a Kosovo Force (KFOR) no Kosovo de 1999 a 2017 e por fim a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA) na República Centro-Africana de 2017 até à atualidade. Assim, a mesma faz esta análise contemplando não só o papel que estas operações desempenham para a política externa portuguesa como os seus objetivos estratégicos, execução e resultados, providenciando no processo uma análise compreensiva não só do que são missões de paz, mas também do papel da participação de Portugal nas mesmas enquanto contributo para a política externa portuguesa contemporânea.

Palavras-chave

Operação de Paz; Política Externa Portuguesa; MINUSCA; KFOR; ISAF; OTAN; ONU; Conflito; Crise; Estratégia;

Folha em branco

Abstract

This dissertation aims to understand Portugal's role in contemporary Peace Operations and its relevance to Portuguese foreign policy, specifically focusing on the participation of Portuguese forces in three different international efforts: the International Security Assistance Force (ISAF) in Afghanistan from 2002 to 2014, the Kosovo Force (KFOR) in Kosovo from 1999 to 2017, and, finally, the United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in the Central African Republic (MINUSCA) in the Central African Republic from 2017 to the present. This analysis considers not only the role these operations play in Portuguese foreign policy but also their strategic objectives, execution, and outcomes, providing a comprehensive examination of what peace missions entail and the role of Portugal's participation in them as a contribution to contemporary Portuguese foreign policy.

Keywords

Peace Operation; Portuguese Foreign Policy; MINUSCA; KFOR; ISAF; NATO; UN; Conflict; Crisis; Strategy;

Folha em branco

Índice

Capítulo I-Introdução.....	1
1.1 Puzzle de Investigação.....	1
1.2 Desenho de Pesquisa: Objetivos, Metodologia e Casos de Estudo	2
1.3 Estrutura da Dissertação.....	6
Parte I – Operacionalização Conceptual e Contextualização Histórica: Operações de Paz e Política Externa Portuguesa	8
Capítulo II – Operações de Paz	8
2.1 Contextualização conceptual e histórica das Operações de Paz	8
2.2 As quatro gerações das Operações de Paz	11
Capítulo III – Política Externa Portuguesa	15
3.1 Os Modelos de Análise de Política Externa e a política externa portuguesa	15
3.2 Contextualização Histórica da Política Externa Portuguesa	17
3.3 Os eixos fundamentais da política externa portuguesa.....	20
3.4 As Operações de Paz e a Política Externa Portuguesa.....	21
Parte II – Análise e Comparação: A Participação Portuguesa nas Operações de Paz no Afeganistão (ISAF), Kosovo (KFOR) e República Centro-Africana (MINUSCA)	24
Capítulo IV – A participação portuguesa na Força Internacional de Apoio à Segurança (Afeganistão 2002–2014).....	24
4.1 Contextualização do Conflito no Afeganistão	24
4.2 Análise da Intervenção Internacional no Afeganistão	26
4.3 O papel de Portugal enquanto integrante na ISAF	28
4.4 Análise Estratégica da Participação portuguesa na ISAF	29
4.5 Análise da operacionalização da participação portuguesa na ISAF	30
4.6 Análise do resultado da participação portuguesa na ISAF	33
4.7 Conclusões referentes à participação portuguesa na ISAF	35
Capítulo V – A participação portuguesa na Kosovo Force (Kosovo 1999–2017).....	37
5.1 Contextualização do Conflito no Kosovo	37
5.2 Análise da Intervenção Internacional no Kosovo.....	39
5.3 O papel de Portugal enquanto integrante na KFOR.....	40
5.4 Análise Estratégica da Participação portuguesa na KFOR.....	41
5.5 Análise da operacionalização da participação portuguesa na KFOR	42
5.6 Análise do resultado da participação portuguesa na KFOR.....	43
5.7 Conclusões referentes à participação portuguesa na KFOR.....	44
Capítulo VI – A participação portuguesa na MINUSCA (República Centro-Africana 2017–2025)	47
6.1 Contextualização do Conflito na República Centro-Africana (RCA).....	47
6.2 Análise da Intervenção Internacional na República Centro-Africana	49
6.3 O papel de Portugal enquanto integrante na MINUSCA	50
6.4 Análise Estratégica da Participação portuguesa na MINUSCA	51
6.5 Análise da operacionalização da participação portuguesa na MINUSCA.....	52
6.6 Análise do resultado da participação portuguesa na MINUSCA	53
6.7 Conclusões referentes à participação portuguesa na MINUSCA	54
Capítulo VII – Conclusão: Comparação, Discussão e Considerações Finais	56
7.1 Comparação dos casos analisados	56
7.2 Discussão das conclusões alcançadas.....	58
7.3 Considerações Finais	61
Referências	63

Folha em branco

Folha em branco

Folha em branco

Lista de Acrónimos

GRP	Gabinete de Relações Públicas
UBI	Universidade da Beira Interior
OTAN; NATO	Organização do Tratado Atlântico Norte
ONU; UN	Organização das Nações Unidas
FIAS; ISAF	Força Internacional de Assistência à Segurança
KFOR	Kosovo Force
MINUSCA	Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação na Europa
FND	Força Nacional Destacada
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
RCA	República centro-africana
FRR	Forças de Reação Rápida
PPMI	Processo de Planeamento de Missão Integrado
CAN	Concelho do Atlântico Norte
OSTNU	Organização de Supervisão de Tréguas das Nações Unidas
GOMNU	Grupo de Observação Militar das Nações Unidas
FENU	Força de Emergência das Nações Unidas
EUA	Estados Unidos da América
URSS	União de Repúblicas Socialistas Soviéticas
FNUMPC	Força das Nações Unidas para a Manutenção da Paz no Chipre
FNUOS	Força das Nações Unidas de Observação da Separação
FINUL	Força Interina das Nações Unidas no Líbano
ONUC	Operação das Nações Unidas no Congo
AETNU	Autoridade Executiva Temporária das Nações Unidas
DOPNU	Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas
APNUC	Autoridade Provisória das Nações Unidas no Camboja
ONUM	Operação das Nações Unidas em Moçambique
RENAMO	Resistência Nacional Moçambicana
MONUES	Missão de Observação da Nações Unidas em El Salvador
MONUSCO	Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo
MINUSTAH	Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti
ATNUTL	Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste
GANUPTN	Grupo de Assistência das Nações Unidas para o Período de Transição na Namíbia
OEF	Operação “Enduring Freedom”
ELK	Exército de Libertação do Kosovo
UNMIK	Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo
FNCK	Força Nacional Conjunta Kilo
CEEAC	Comunidade Económica dos Estados da África Central
UA	União Africana
MISCA	Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana
CSDN	Conselho Superior de Defesa Nacional

...

Folha em branco

Capítulo 1. Introdução

1.1 Puzzle de Investigação

Esta dissertação tem como objetivo compreender o papel de Portugal em Operações de Paz contemporâneas e a sua respetiva relevância para a política externa portuguesa, nomeadamente a participação de forças portuguesas em três esforços internacionais: a Força Internacional de Assistência à Segurança (FIAS) no Afeganistão de 2002 a 2014, a Kosovo Force (KFOR) no Kosovo de 1999 a 2017 e por fim a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA) na República Centro-Africana de 2017 até à atualidade. Assim, a mesma faz esta análise contemplando não só o papel que estas operações desempenham para a política externa portuguesa como os seus objetivos estratégicos, execução e resultados, providenciando no processo uma análise compreensiva não só do que são missões de paz, mas também do papel da participação de Portugal nas mesmas enquanto contributo para a política externa portuguesa contemporânea.

No contexto das relações internacionais, o tópico das missões de paz é considerado particularmente importante e complexo, pelo que existem diferentes perspetivas relativamente à intervenção por parte de atores externos em questões internas de estados soberanos, um debate recorrente no seio de discussões teóricas promovidas pela Escola Inglesa, perspetivas liberais, pós-estruturalistas e pós-coloniais nas Relações Internacionais, mas também profundamente discutido no âmbito da subárea de Estudos para a Paz.

Mesmo com esta divisão e sensibilidade tópica não é possível negar a importância que as operações de paz mantêm em cenários de crise e conflito, dado que na maioria dos casos estas operações representam um esforço cooperativo entre estados e organizações de modo a estabilizar crises internas de países que se encontram em estados de conflito ou instabilidade. Adicionalmente há que notar que na maioria dos casos (mas nem sempre), estas intervenções são requisitadas por parte dos próprios estados afetados. Este tipo de cooperação é assim visto como um meio não só de apoio, mas também de cooperação e fortificação de laços entre os estados que se disponibilizam para contribuir para os esforços de estabilização, algo evidente nas várias interações documentadas como é o caso das ocorridas entre as forças portuguesas e centro-africanas aquando da execução de missões como a MINUSCA e EUTM-RCA.

Além de fortificar os laços entre os estados e organizações que coordenam e executam estas operações, a participação em missões de paz traz vários benefícios para

os participantes. Estes benefícios manifestam-se por sua vez em várias dimensões. A mais evidente é facilmente a projeção de poder por parte de médias potências e potências regionais no teatro internacional dado que tais participações (quando corretamente executadas) evidenciam não só a competência dos respetivos estados participantes, mas também o compromisso dos mesmos pelos princípios e crenças que definem as organizações internacionais na qual os mesmos integram. Adicionalmente esta participação oferece não só uma forma de providenciar experiência tática e estratégica real às forças colocadas, mas também uma forma eficaz de partilhar conhecimentos valiosos no que toca a questões relativas tanto a manutenção da paz como construção de paz.

Estes benefícios são particularmente evidentes em casos como o de Portugal, dado que através das suas participações, demonstra não só a eficácia, profissionalismo e eficiências das forças nacionais destacadas colocadas nos teatros de operações, mas também a capacidade de Portugal enquanto contribuinte direto em questões de segurança coletiva. Tais demonstrações conduzem assim à formulação de uma reputação sólida em contextos de segurança como é o caso entre forças especiais a nível mundial. Um bom exemplo desta reputação surge aquando da análise da performance da força nacional destacada portuguesa na MINUSCA, na qual os militares integrantes, provenientes do corpo de paraquedistas portugueses são frequentemente elogiados pela sua performance e profissionalismo por parte de indivíduos como o tenente-general Balla Keita, comandante da MINUSCA, que, quando entrevistado e questionado acerca de tal performance, fez questão de frisar a qualidade relativa ao modus operandi, eficácia e prestação operacional da força nacional destacada (Keita, 2018).

Desta forma, a participação de Portugal em operações de paz no estrangeiro prova-se uma mais-valia para a política externa portuguesa.

1.2 Desenho de Pesquisa: Objetivos, Metodologia e Casos de Estudo

Como previamente mencionado, esta dissertação tem como intuito compreender o papel que a participação de Portugal em operações de paz desempenha e a forma como essa participação é relevante e contribui para os objetivos da política externa portuguesa. Para tal efeito, as questões de investigação foram definidas da seguinte forma:

- Qual a relevância estratégica da Participação portuguesa em Operações de Paz?
- Que papel desempenha Portugal nas Operações de Paz?

- Que diferenças ao nível operacional e dos resultados têm sido alcançados por Portugal nestas missões?

Ao nível da metodologia empregue para a execução deste estudo, compreende-se que uma abordagem de natureza quantitativa não providencia o tipo de resultados adequados para a natureza das temáticas em debate. A dissertação procura olhar primariamente para os contributos de Portugal para com as operações de paz e mais especificamente, para a sua participação na ISAF, KFOR e MINUSCA, operações estas que requerem naturalmente uma abordagem qualitativa. Para esse efeito, a metodologia qualitativa, providencia várias vantagens para a execução da investigação em curso, nomeadamente em termos da sua natureza, aplicabilidade e implicações.

Começando pela dimensão da natureza da metodologia de investigação qualitativa, há que notar primeiramente que esta abordagem dá uma forte ênfase em aspetos como a interpretação e significado dado que a metodologia qualitativa procura compreender porque é que e como é que os fenómenos sociais e políticos ocorrem, algo particularmente valioso aquando da análise e compreensão da temática desta dissertação (Klotz, 2008). Este tipo de investigação tende assim a dar prioridade à compreensão do significado que os atores dão às suas ações bem como à estrutura através da qual os mesmos operam, algo útil no que toca a analisar as narrativas históricas presentes na temática das operações de paz (Klotz, 2008).

Para além destes fatores há que notar que a adaptabilidade e flexibilidade desta metodologia bem como as suas propriedades holísticas e reflexivas, abrem a possibilidade de estudar não só fenómenos que decorram num contexto de eventos decorridos no “mundo real”, mas também de adotar um processo de investigação mais dinâmico.

Tendo em conta que esta dissertação tem como intuito abordar três casos distintos, a aplicabilidade de uma metodologia qualitativa prova-se vital dado que a mesma permite de forma mais eficaz e viável uma análise não só das figuras públicas responsáveis pela execução das operações de paz, mas também dos próprios casos, abordando assim as decisões de política externa e estratégia tomadas (Klotz, 2008).

Adicionalmente devido ao facto de a dissertação abordar três casos semelhantes em propósito, mas diferentes em contexto, teatro de operações e execução de objetivos táticos e estratégicos, emprega-se também uma metodologia de investigação comparativa de modo a conseguir não só abordar detalhadamente cada caso, mas também comparar estes fatores e apresentar conclusões úteis para responder de forma mais eficaz à questão de investigação.

Aquando da análise da natureza e utilidade da metodologia de investigação comparativa no contexto de temáticas das relações internacionais é possível observar um conjunto de aspetos úteis para a execução do trabalho em vigor.

Primeiramente deve-se notar que esta metodologia dispõe de um contexto e lógica na qual se pode compreender que o seu propósito é providenciar uma base analítica de modo a identificar diferenças e semelhanças entre objetos de análise, ou, neste caso, atores como estados, culturas e fenómenos. Desta forma esta metodologia é caracterizada pela sua utilização de estruturas teóricas bem definidas e métodos de comparação sólidos de modo a conseguir fazer comparações viáveis (Esser, 2017).

A lógica por trás desta metodologia opera por sua vez num princípio que prevê que as diferenças contextuais conseguem explicar as variações observadas em diversos fenómenos enquanto, no caso de contextos semelhantes proporcionam-se resultados comparáveis. Assim este foco na causalidade distingue a metodologia pela sua vertente mais analítica ao invés de estudos tipicamente descritivos na sua natureza.

Para propósitos de compreensão aquando da utilização desta metodologia, há que notar que a mesma dispõe tipicamente de duas abordagens metodológica, sendo estas o desenho de sistemas mais semelhantes e o desenho de sistemas mais diferentes. Enquanto a primeira abordagem se foca em casos que são semelhantes em vários aspetos, mas diferenciam em termos do resultado, a segunda abordagem foca-se em examinar casos que se diferenciam na maioria dos aspetos, mas que partilham um resultado comum (Esser & Vliegthart, 2017). Com estes fatores em mente, compreende-se que no caso da comparação de casos diferentes que por sua vez empregam uma análise de natureza qualitativa, será possível alcançar uma resposta mais viável às perguntas de investigação previamente definidas.

Desta forma, e com consciência das metodologias empregues para a elaboração desta dissertação, foram selecionados três casos específicos de participação de Portugal em operações de paz no estrangeiro. Estes casos são como já definido, a participação portuguesa na ISAF, KFOR e MINUSCA.

Esta seleção baseia-se no facto de os três casos partilharem um propósito comum, sendo esta ação securitária em prol da estabilização de áreas de conflito enquanto membros integrantes de uma força multinacional de maior dimensão. Em todos os casos em análise as forças nacionais destacadas (FND) são colocadas no terreno com o intuito de executar algum tipo de objetivo relacionado com segurança, como é o caso das patrulhas das FND portuguesas em todos os teatros de operações abordados ou a neutralização de forças militarizadas como os grupos rebeldes presentes na RCA ou no Kosovo aquando de tais operações.

No caso da intervenção portuguesa no Afeganistão, a participação de Portugal enquanto membro da ISAF prova-se um contributo valioso para esta investigação devido a fatores como o facto de ser uma operação que começou sob o comando das Nações Unidas e mais tarde transitou para operação sob comando da OTAN. Adicionalmente o envolvimento português em vários aspetos da missão desde a operação de forças militares portuguesas em diferentes papéis como forças de reação rápida(FRR) no teatro de operações bem como a participação de outras forças tanto militares como paramilitares em outros aspetos críticos para o desempenho da missão, tal como foi o caso do destacamento médico militar português presente no hospital de campanha da operação ou a participação de aeronaves de transporte C-130 “Hercules” da força aérea portuguesa provam-se contributos valiosos para análise e comparação entre os casos definidos.

Passando agora para o caso da operação KFOR ou Kosovo Force, este caso viu a participação de Portugal numa operação coordenada pela OTAN sob a resolução 1244 do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Esta operação multifásica consistiu inicialmente numa campanha de bombardeamentos por parte de aeronaves de países membros da OTAN seguida de uma campanha terrestre com o intuito de travar as operações militares jugoslavas em vigor bem como estabilizar e pacificar a região devido a inúmeros relatos de crimes de guerra, massacres e crises humanitárias entre outras violações de direitos humanos. Neste caso particular a participação portuguesa consistiu na colocação de um contingente composto por meios e efetivos do exército e força aérea em prol de contribuir para o cumprimento dos objetivos operacionais da KFOR. Este contingente por sua vez executou missões como patrulhas de infantaria mecanizada, suporte, policiamento etc. Assim, esta missão prova-se útil enquanto caso de pesquisa não só devido às suas circunstâncias previamente abordadas, mas também devido a ser uma missão conduzida pela OTAN, servindo como um meio de comparação não só em termos estratégicos, táticos e operacionais, mas também em termos de resultados da missão e contributo desses resultados para a política externa portuguesa.

O terceiro caso em análise será o caso da participação portuguesa na MINUSCA ou Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana, esta missão de manutenção da paz teve como propósito a estabilização do cenário de guerra civil e subsequente crise presente na República Centro-Africana. Esta missão, implementada pelas nações unidas a pedido do governo centro-africano, viu a participação de Portugal através do envio de uma FND com o intuito de operar não só em missões de patrulha na região, mas também enquanto FRR, ativada aquando do requisito do comando das Nações Unidas para neutralizar

bolsas de resistência armada por parte de rebeldes com a qual o governo centro-africano se encontrava em conflito. Este caso em concreto prova-se valioso para a elaboração desta dissertação devido não só ao facto de ser uma missão de paz mas também devido às suas diferenças em modus operandi e objetivos operacionais, dado que a mesma teve início mais tarde que os outros dois casos de estudo e portanto é possível compreender não só a influência das experiências e aprendizagem conduzida nas operações prévias mas também como tais fatores afetaram a execução e resultado da MINUSCA tanto a nível estratégico como em termos dos resultados para a política externa portuguesa.

Para a formulação desta dissertação, recorrer-se-á a um conjunto de recursos como artigos científicos e publicações, bem como documentação oficial do governo português, Organização das Nações Unidas e Organização do Tratado do Atlântico Norte. Adicionalmente serão utilizadas informações provenientes de vários livros sobre os tópicos em questão bem como entrevistas a membros participantes das operações.

Em termos do modelo de análise empregue, compreende-se que através de um modelo de análise histórico, sistémico e conjuntural, é possível formar uma base de análise mais compreensiva e adequada aquando da dissecação não só de interações entre atores internacionais, mas também no que toca a compreender as suas motivações, ações e objetivos bem como as sequências de eventos e consequências dos mesmos.

1.3. Estrutura da Dissertação

A dissertação está dividida em sete capítulos. A seguir ao capítulo introdutório, no segundo capítulo será feita uma conceptualização das operações de paz, abordando a sua definição, contexto, execução e história ao longo das suas diferentes gerações e evolução. No terceiro capítulo, será feita uma conceptualização da política externa portuguesa, abordando as suas principais linhas e focos. Seguidamente, mas ainda dentro desta temática, será brevemente abordada a evolução histórica da política externa portuguesa e os seus três pilares principais, concluindo o capítulo com uma abordagem da relação entre Portugal e as operações de paz.

No quarto capítulo será abordado o primeiro caso em análise, a participação portuguesa na ISAF, sendo que o capítulo terá início com uma contextualização do conflito em questão, seguida da resposta internacional e intervenção subsequente bem como papel que Portugal desempenha nesse respetivo contexto. Serão seguidamente empregues três eixos de análise sendo estes uma análise da dimensão estratégica da

missão, seguida de uma análise da execução da mesma, e concluindo com uma análise dos resultados e consequências da mesma, terminando o capítulo com uma conclusão mais geral do caso em questão.

No quinto capítulo, será abordado o segundo caso em análise, sendo este a participação de Portugal na KFOR ou Kosovo Force. Tal como no segundo capítulo, será feita uma contextualização da guerra do Kosovo, e da crise humanitária resultante, seguida da respetiva resposta internacional e do papel de Portugal nessa resposta. Como no primeiro caso em análise, será feita uma análise de três eixos complementada por uma conclusão do capítulo.

Na semelhança dos dois capítulos anteriores, o sexto capítulo faz uma abordagem do terceiro caso em análise, sendo este a participação de Portugal na MINUSCA, missão decorrida na República Centro-Africana sob o comando das Nações Unidas. Desta forma, e como nos capítulos anteriores, é feita uma contextualização do conflito e situação humanitária seguida de uma análise da resposta internacional e do papel de Portugal em tal resposta. Após a recorrente análise de três eixos o capítulo é completo com uma conclusão acerca do caso em análise.

O sétimo capítulo é composto por uma discussão baseada nos dados adquiridos acerca da participação portuguesa nas operações abordadas acompanhada de uma comparação entre a prestação, resultados e contributo para a política externa da participação em questão. Posteriormente, será formulada uma conclusão mais abrangente da dissertação baseada nas conclusões retiradas.

Parte I – Operacionalização Conceptual e Contextualização Histórica: Operações de Paz e Política Externa Portuguesa

Capítulo 2. Operações de Paz

2.1-Contextualização conceptual e histórica das Operações de Paz

As operações de paz, são tipicamente compreendidas como operações executadas por forças militares e entidades civis sancionadas por organizações internacionais com o intuito de estabilizar cenários de crise através da securitização e pacificação da região. Há que notar, contudo, que estes nem sempre são os únicos objetivos, sendo que os mesmos variam mediante as circunstâncias e complexidade da crise em curso.

De acordo com a definição de operações de paz da ONU, as operações de paz são:

“(...) uma técnica concebida para preservar a paz, ainda que frágil, onde os combates tenham sido interrompidos, e para ajudar a implementar os acordos alcançados pelos mediadores. Ao longo dos anos, a manutenção da paz evoluiu de um modelo primariamente militar(...) para incorporar um modelo complexo composto por vários elementos—militar, policial e civil—trabalhando em conjunto para ajudar a lançar as bases para uma paz sustentável.” (United Nations Department of Peacekeeping Operations, 2008).

Quanto à perspectiva da OTAN, a mesma afirma que as operações de paz:

“(...) são concebidas para alcançar um acordo político de longo prazo ou outras condições específicas. Incluem Manutenção da Paz e Imposição da Paz, assim como prevenção de conflitos, mediação, consolidação da paz e assistência humanitária.” (Peace Support Operations, 2001).

Estas posições revelam por si uma certa distinção entre abordagens, sendo que tanto a nível da doutrina operacional oficial das organizações como em termos da abordagem no terreno por parte das suas forças constituintes, é possível observar que enquanto as missões da ONU podem empregar forças armadas para combate direto, ação armada é sempre compreendida como um último recurso e predominantemente

para efeitos de autodefesa. Por outro lado, as missões desempenhadas pela OTAN tipicamente preveem a necessidade de intervenção armada direta, quer seja por motivos defensivos, quer seja por motivos de pacificação de áreas em conflito.

Apesar de estas definições apresentarem uma perspetiva direta por parte das organizações que executam as operações de paz acerca das mesmas, é importante notar que estas definições são algo simplificadas e generalizadas, sendo que as operações em si costumam ser caracterizadas por um vasto número de órgãos, funções e sub organizações tanto militares como civis que quando corretamente conjugadas se tornam num sistema operacional vastamente complexo. Assim, o bom funcionamento deste sistema depende de um calibre de organização, gestão e coordenação sólido, acompanhado de uma panóplia de órgãos administrativos complementares (Prakash & Nandini, 2005).

A combinação de: um sistema administrativo sólido; uma missão bem definida e sancionada pela organização internacional em vigor e pelo governo do país na qual a missão decorre; uma força operacional altamente competente e consciente da missão a executar bem como uma justificação para ação legitimamente definida com base nos princípios e ideais humanitários e imparciais da organização internacional responsável forma a melhor hipótese para uma taxa de sucesso viável no que toca a resolver as crises humanitárias que tipicamente constituem o motivo da intervenção internacional.

É possível afirmar que as operações de paz ganharam ao longo do século XX um carácter de importância considerável, dado que, devido às mudanças geopolíticas em curso durante este período, a necessidade de órgãos moderadores e estabilizadores como as Nações Unidas começaram a ser cada vez mais necessários. Com o surgimento e evolução das operações paz, vários cenários de crise viram mudanças que caso estas operações não existissem, poderiam ter-se tornado catastroficamente piores (Prakash & Nandini, 2005).

Para uma destas operações entrar em curso, a mesma requer tipicamente a autorização por parte do governo do país na qual a crise está a decorrer bem como da organização internacional responsável não só pela sua execução e planeamento, mas também pela verificação de tais fatores de modo a alcançar a legitimidade necessária.

No caso das operações sancionadas pelas Nações unidas as mesmas procedem de uma forma específica, requerendo tipicamente o sancionamento, condições de execução, regras da operação e a própria execução corretamente definidos.

Em termos de sancionamento, este é feito pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, responsável por analisar a crise em curso e determina por sua vez se a continuação do conflito pode representar uma ameaça para a paz e segurança internacional. Esta análise requer a verificação de certos fatores como a existência de

um cessar-fogo ou processo de paz, a capacidade de organizações sub-regionais para apoiar a resolução da crise em curso e, mais que isso, a presença clara de um objetivo político tal como a viabilidade de formular um mandato preciso acerca da crise (United Nations Department of Peacekeeping Operations, 2008).

Seguidamente, é necessário cumprir um conjunto de condições para a ativação e início da operação, sendo estas coisas como o consentimento entre os atores envolvidos, sendo estes a ONU, bem como os atores envolvidos no conflito em questão. Para além destas condições, também é necessário que como já mencionado, os membros da operação por parte da ONU devem manter imparcialidade na execução do mandato definido de modo a preservar a legitimidade da operação em si e não usar força a não ser em casos de autodefesa ou com o intuito de preservar o mandato em execução.

Após o sancionamento e cumprimento das condições base para o início da operação, é também necessário garantir que a operação segue um conjunto de regras e princípios críticos, nomeadamente a imparcialidade previamente abordada bem como a necessidade de assumir responsabilidade caso elementos das forças da ONU ajam de modo a comprometer a paz. Da mesma forma que acima, o uso de força só é permitido num nível tático de modo a deter ameaças imediatas e proteger civis tal como defender o mandato em execução. Em nenhum momento as forças da ONU devem ser utilizadas para forçar a paz a nível estratégico a não ser que expressamente autorizadas para tal. Por fim deve-se garantir que todos os atores que sejam internacionais, quer sejam locais alinham os seus esforços de modo a alcançar uma paz sustentável (United Nations Department of Peacekeeping Operations, 2008).

Com estes requisitos cumpridos e com os objetivos gerais em mente, surge a fase de execução, fase através da qual o Departamento de Operações de Manutenção de Paz e o Departamento de Apoio no Terreno gerem a operação, reunindo com e consultando os países que contribuirão com tropas e planeando detalhadamente como é que a missão será executada fazendo proveito do Processo de Planeamento de Missão Integrado (PPMI).

No caso de operações de paz executadas pela OTAN, existe um conjunto de fatores algo distintos que devem ser tomados em conta. As operações executadas pela OTAN começam tipicamente com um mandato por parte de uma organização como a ONU ou a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE). Seguidamente, o Concelho do Atlântico Norte (CAN) desempenha o papel de autoridade política suprema responsável por aprovar o envolvimento da OTAN, sendo que o mesmo usufrui de uma capacidade de ação independente em casos excecionais, contudo, opera geralmente de acordo com autoridades internacionais como o Conselho

de Segurança da ONU. Através desta posição, o CAN consegue desenvolver um mandato que delinea a legitimidade, objetivos, possíveis limitações e as regras de empenhamento. Posteriormente, mas ainda dentro desta fase do processo os parâmetros da operação são divulgados no formato de uma diretiva Inicial (Allied Joint Publication, 2001).

Em termos das condições necessárias para a ativação e colocação das forças operacionais no teatro de operações, é necessário garantir fatores como legitimidade política, um contingente com capacidades adequadas bem como um sistema de apoio logístico robusto e eficaz. Para além destas condições, é fulcral definir um objetivo político de forma clara de modo a conjugar corretamente os componentes quer civis, quer militares da operação em vigor.

Tal como no caso da ONU, o sucesso de uma operação por parte da OTAN, aquando da sua execução, requer também o respeito de um conjunto de princípios bem como as regras de empenhamento designadas. Estes princípios baseiam-se em fatores como a imparcialidade, num estilo semelhante ao da abordagem da ONU, bem como o consentimento do país anfitrião quando possível sendo que numa instância na qual esse consentimento não seja possível ou incerto, pode ser necessária a aplicação dos mandatos presentes no sétimo capítulo da carta das Nações Unidas. A nível do uso da força, esse mesmo uso deve ser feito com moderação, tipicamente empregue de forma tática com particular enfoque na proteção de civis e manutenção da paz, garantindo no processo o cumprimento do mandato em vigor (Nelson, 2006).

Alcançando a fase de execução, é importante compreender que as operações de paz executadas pela OTAN seguem um processo de planeamento estruturado, composto por uma consulta com autoridades internacionais durante o período de desenvolvimento do mandato, o estabelecimento de objetivos operacionais e estratégicos claros, e a colocação de forças no teatro de operações sob a supervisão do comandante de força conjunta. Com estes objetivos em mente as operações em questão visam criar um ambiente seguro e estável, interesse este que aos olhos da OTAN requer por excelência uma abordagem multifuncional composta pela combinação de esforços militares, humanitários e diplomáticos (Allied Joint Publication , 2001).

2.2. As quatro gerações das Operações de Paz

Com uma melhor compreensão do que são as operações de paz e de que forma são concebidas, planeadas e executadas, há também que abordar a evolução histórica das operações de paz, de modo a explorar de forma mais sólida e contextualizada os

casos em análise nesta dissertação. Relativamente à evolução das operações de paz, é possível identificar pelo menos quatro gerações distintas.

A primeira instância registada de uma operação de paz, decorreu durante a primeira guerra árabe-israelita de 1948 na qual um contingente militar de observação e monitorização foi enviado para a região de modo a monitorizar e manter o armistício entre os dois atores, estabelecendo a primeira operação do seu género coordenada e sancionada pelas Nações Unidas, de seu nome, Organização de Supervisão de Tréguas das Nações Unidas (OSTNU) (Nan, 2024). Para além desta operação, um ano mais tarde em 1949 surge o Grupo de Observação Militar das Nações Unidas (GOMNU) com o intuito de monitorizar a linha definida no cessar-fogo da guerra Indo-Paquistanesa sendo que tal como na OSTNU, a extensão das operações em vigor era limitada a um papel de monitorização e relato para com as Nações Unidas, algo que tipicamente se encontrava categorizado no capítulo VI da carta das Nações Unidas com resolução pacífica de disputas. Esta categorização surgiu em parte devido ao facto de não existir na carta das Nações Unidas nenhuma referência à pose de uma força militar dedicada por parte da ONU. Este aspeto viria por sua vez a mudar em 1956 com a crise do canal de Suez dado que esta crise foi a primeira instância na qual as Nações Unidas empregaram uma força militar levemente armada criada para supervisionar retiradas de forças militares e garantir a neutralidade. Esta força, sugerida pelo diplomata Lester B. Pearson viria a ser denominada como a Força de Emergência das Nações Unidas ou FENU (Carroll, 2005).

O ano de 1956, para além de ser marcado pela crise do canal de Suez também marca o fim da primeira geração de operações de paz e o início da segunda geração. Esta geração, frequentemente marcada por tensões geopolíticas entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União de Repúblicas Socialistas Soviéticas levaria a vários impasses no Conselho de Segurança da ONU causando por sua vez várias restrições que complicariam os processos de sancionamento e execução de operações de paz, fazendo com que as Operações de Paz das Nações Unidas optassem por evitar conflitos conectados a rivalidades entre superpotências e focando-se em áreas sem um alinhamento direto com a Guerra Fria em si (Richmond, 2004).

Durante esta geração decorreram operações como a Força das Nações Unidas para a Manutenção da Paz no Chipre, que, estabelecida em 1964 visou prevenir a violência entre grupos étnicos gregos e turcos, e que, à data da elaboração desta dissertação, ainda se encontra atualmente ativa. Na região do Médio-Oriente, surgiram operações como a Força das Nações Unidas de Observação da Separação (FNUOS) em 1974 e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (FINUL) em 1978, operações

estas com o intuito de estabilizar e acalmar as tensões resultantes dos conflitos Árabe-Israelitas do período.

Para além destas missões e como já mencionado previamente, esta nova geração de operações de paz viria a desempenhar um novo tipo de papel, sendo este o apoio à descolonização, na qual as Nações Unidas viriam a facilitar as transições do período colonial para independente de países como o Congo durante a crise decorrida entre 1960 e 1964 e a Nova Guiné Ocidental entre 1962 e 1963 através da Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC) (Spijkers, 2015) e da Autoridade Executiva Temporária das Nações Unidas (AETNU) respetivamente. Tudo isto sem ficar obstante ao facto de estas operações ficarem frequentemente limitadas em termos da sua dimensão e eficácia devido ao facto de evitarem uma execução mais robusta graças a discórdia política entre os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança (Durward, 2006).

Com o fim da Guerra Fria e a queda da União Soviética, a ONU viria a experienciar um maior nível de unidade e coerência entre os membros do seu Conselho de Segurança, permitindo no processo um aumento do número e complexidade operacional das suas operações de paz e marcando o início da terceira geração de operações de paz. Em especial, entre os anos de 1991 e 1994, ver-se-ia um aumento exponencial de operações sancionadas, aumento este que faria o número de operações desta geração ultrapassar o número total de operações das quatro décadas anteriores em conjunto. Esta mudança circunstancial para as operações de paz veria não só um alargamento dos mandatos, mas também a incorporação de elementos não militares como foi o caso da monitorização de eleições, desarmamento e reconstrução. Todas estas inovações foram complementadas por sua vez pela criação do Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas (DOPNU) em 1992 com o intuito inicial de suportar a dimensão e trabalho crescente derivado das operações de paz.

Ao longo desta geração, decorreram operações como: a Autoridade Provisória das Nações Unidas no Camboja (APNUC), na qual a ONU foi responsável por supervisionar as eleições e administração transaccional; a Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUM), através da qual os membros da operação de paz ajudaram a pôr um fim à guerra civil entre a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO) e o governo moçambicano e a Missão de Observação da Nações Unidas em El Salvador (MONUES), responsável pela verificação dos acordos de paz que sucederam a guerra civil (Manning & Malbrough, 2009). Há que notar, contudo, que as operações de paz não são infalíveis, sendo que mesmo com os melhores esforços dos seus participantes, podem decorrer tragédias como o genocídio do Ruanda de 1994 e o Massacre de Srebrenica de 1995 durante as guerras Bósnio-Jugoslavas, ambos eventos que apesar de

contarem com organizações de paz da ONU, não conseguiram ser prevenidos e levaram a fortes críticas contra a organização (Karar, 2022).

A quarta geração de operações de paz, que decorre desde os anos 2000 até à atualidade, é caracterizada predominantemente por operações modernas e multidimensionais, operações estas que começaram a direcionar o seu foco para questões como guerras civis, conflitos intraestatais, governança e reconstrução societal. Este novo foco passou a requerer por sua vez um maior esforço em termos de proteger civis, apoiar causas de desarmamento e reformar instituições de segurança. um dos exemplos mais recorrentes desta mudança são a Missão das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO), operação esta que apesar de inicialmente ter como propósito monitorizar o cessar-fogo posterior à segunda guerra do Congo, expandiu a sua dimensão de modo a lidar com a violência recorrente na região (Khan, 2012).

Para além da MONUSCO, a Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH) serviu o propósito de estabilizar o país após um conjunto de crises políticas e desastres naturais. Em termos do foco em supervisão de independência, operações como a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (ATNUTL) e Grupo de Assistência das Nações Unidas para o Período de Transição na Namíbia (GANUPTN) tiveram como propósito o apoio à criação de novos estados independentes através da administração temporária de territórios durante o período de transição para a independência (Kenel, 2013).

Assim, com a informação presente neste capítulo conclui-se que as Operações de paz são vastamente complexas e multifacetadas, requerendo um grande calibre de planeamento, sancionamento, legitimidade e preparação bem como um alto nível de coordenação, capacidade logística e profissionalismo de modo a decorrer conforme planeado. Existem também diferentes abordagens mediante a organização responsável pela sua execução. Compreende-se que as operações de paz contam com uma história recente mas longa, composta por várias gerações de evolução até ao modelo atual fortemente influenciadas por eventos históricos fulcrais do século XX.

Capítulo 3. Política Externa Portuguesa

3.1. Os modelos de Análise de política Externa e a Política Externa Portuguesa

Enquadradas as Operações de Paz, é agora necessário clarificar o seu papel em relação com a política externa portuguesa. O conceito de política externa, refere-se, tipicamente, mas não unicamente a um conjunto de objetivos e estratégias bem como instrumentos que os órgãos governamentais e decisores políticos de um estado utilizam com o intuito de interagir com entidades externas como é o caso de outros estados soberanos ou organizações internacionais (Sá, 2016). Esta prática compreende-se como uma ferramenta crítica no que toca a projetar não só os interesses domésticos de um estado, mas também em termos do posicionamento dos atores internacionais envolvidos nas relações e sistemas internacionais. Assim, a política externa abrange tipicamente vários aspetos, desde segurança e economia, até cultura e valores partilhados. Esta abrangência é conseqüentemente influenciada por fatores quer internos quer externos, bem como decisões racionais e dinâmicas multidimensionais vastamente complexas (Vinha & Freire, 2011).

Para tal efeito, este domínio dispõe de um conjunto de modelos teóricos algo relevantes como é o caso do modelo do ator racional, a influência da burocracia e pequenos grupos nos processos de tomada de decisões bem como o papel da liderança estatal no que toca à definição de diretrizes referentes à política externa e a forma como esse papel molda por sua vez o comportamento estatal. Contudo o que são estes modelos?

Uma breve abordagem dos mesmos permitirá uma melhor compreensão das dinâmicas da política externa, começando assim pelo modelo do Ator Racional. A premissa deste modelo é a crença que o Estado age de forma unitária, sendo que o mesmo prioriza um processo de tomada de decisões estratégico, na qual o mesmo procura maximizar os seus interesses nacionais. Assim este processo tipicamente decorre através de um sistema de etapas sequenciais, na qual o mesmo procura identificar os objetivos, analisar as opções disponíveis bem como os custos e benefícios, concluindo tal processo com a escolha da política que melhor corresponda aos interesses nacionais. Esta abordagem demonstra uma certa inspiração em teorias como o realismo clássico bem como o neorealismo, não obstante contudo, a possíveis pontos de convergência com teorias mais liberais e institucionais bem como traços da paz

democrática. Há que notar, todavia, que independentemente da natureza normativa deste ideal, a racionalidade plena do mesmo em termos práticos tende a ser limitada por fatores humanos e organizacionais (Sá, 2016).

Em termos da Influência de burocracia e pequenos grupos, há que notar o destaque dado por parte do modelo organizacional a estes fatores no processo de tomada de decisões relativas à política externa. Neste domínio, a dinâmica burocrática é reconhecida como a execução de tarefas através de um conjunto de procedimentos padronizados bem como a adoção de uma abordagem segmentada no que toca à tomada de decisões em si. Desta forma, cada organização e ou departamento tem a oportunidade de influenciar a política externa mediante os seus interesses e perspetivas individuais. Assim o processo tende a envolver negociações, compromissos e até um certo teor de competição entre os grupos internos envolvidos de modo a determinar a política a ser empregue (Vinha & Freire, 2011).

Para além dos dois modelos já abordados, temos também o papel da liderança estatal no que toca à definição de diretrizes referentes à política externa. Naturalmente, devido à sua posição na hierarquia governamental de um estado, os líderes estatais desempenham um papel fundamental na formulação e prática da política externa, sendo que os mesmos tendem a moldar o comportamento estatal baseando-se não só nas suas preferências, mas também nas suas experiências e consequente visão estratégica. Esta teoria prevê que as características pessoais destes líderes tendem a influenciar as suas decisões, nunca obstante a certas condições como é o caso da legitimidade e aceitação da autoridade, ou até mesmo em contextos na qual as normas e abordagens convencionais não limitam as suas escolhas. Este modelo não deixa, contudo, de frisar, que, embora esta liderança possa dispor de um alto teor de influência, as suas decisões são tendencialmente sujeitas a certas restrições políticas, psicológicas e contextuais (Vinha & Freire, 2011).

Em termos da política externa portuguesa, e muito de acordo com os modelos já abordados, estas estruturas de tomada de decisões são primariamente compostas não só por um conjunto de atores principais, mas também por um conjunto de órgãos relevantes. Enquanto atores principais no processo português temos a Presidência da República, o Governo Português através do Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Assembleia da República. Por outro lado os órgãos relevantes referidos desempenham uma função de articulação entre os órgãos governamentais e a participação ativa de atores como “think tanks” e universidades. Na atualidade, a liderança estatal e decisores de política externa enfrentam um conjunto de desafios de natureza

geopolítica à escala global, nomeadamente tensões dentro não só da UE mas entre potências globais, requerendo assim uma abordagem calculada e prudente. Para tal efeito a política externa portuguesa mantém uma perspetiva que enfatiza o papel de Portugal enquanto mediador internacional, fazendo proveito no processo da sua posição geoestratégica (Vinha & Freire, 2011).

Numa nota mais global, deve-se manter em mente que apesar de estes modelos serem empregues em vários níveis, não são uma representação plena de todas as abordagens, fatores e modelos relativos ao domínio da política externa, sendo que cada caso é influenciado, como acima afirmado, por uma panóplia de fatores e circunstâncias, prevendo assim estas definições não como uma perspetiva soberana acerca do que é a política externa, mas sim como uma estrutura algo genérica para ter uma compreensão geral da temática.

3.2. Contextualização Histórica da Política Externa Portuguesa

De modo a compreender mais adequadamente a política externa portuguesa, será feita uma contextualização histórica na qual serão abordados os períodos mais fulcrais neste domínio bem como um conjunto de momentos específicos que marcaram pontos de evolução do mesmo.

No caso português, a política externa é, como em muitos outros casos, um domínio praticamente tão antigo como o país em si. Os primórdios da política externa podem ser temporalmente rastreados à época da reconquista cristã face à ocupação muçulmana, sendo que durante este período a política externa do reino tinha como principal foco a afirmação territorial do mesmo na península ibérica sendo marcada por momentos como o surgimento do condado de Portucale em 868 e o condado de Coimbra em 878 (Ferreira & Dias, 1951).

Transitando para o período da expansão marítima portuguesa, nota-se um momento de reforço da política expansionista portuguesa, que, viria a consolidar a presença portuguesa na esfera do comércio global, através de feitos como a descoberta do caminho marítimo para a Índia e a conquista de Ceuta em 1415. Estes tipos de projetos simbolizariam assim a projeção política ultramarina do reino português, marcando desta forma uma nova fase da política externa portuguesa, fase esta cujo foco se manteria na inserção portuguesa no panorama internacional através não só dos projetos previamente mencionados, mas também através da construção de alianças dinásticas e conquistas territoriais (Ferreira & Dias, 1951).

Durante o século XIX, nomeadamente em instâncias como o congresso de Viena de 1814 e 1815, Portugal procurou defender os seus interesses relativos à restituição de territórios e às práticas de tráfico de escravos em vigor durante esta época. Em resposta, as instruções providenciadas à delegação portuguesa refletiriam uma visão influenciada pelo contexto brasileiro, mostrando por consequência um certo nível de dificuldade no que toca à adaptação ao cenário político europeu em vigor. Mais tarde e num contexto de regeneração, a política externa portuguesa viria a redirecionar o seu foco para com esforços de reconstrução nacional e preservação das restantes colónias portuguesas após a perda do Brasil e um conjunto de conflitos internos. Com a Convenção Luso-Britânica de 1817, é possível constatar um marco em termos da definição de territórios ultramarinos, marco este também destacado por contestação britânica em regiões como Moçambique e Angola (Motta, 2019).

Já durante o século XX é possível observar um dos, se não, o maior período de evolução da política externa portuguesa. Através da panóplia de eventos a nível internacional decorridos ao longo deste século, a política externa portuguesa viria a experienciar várias mudanças. Ocorrências como a participação portuguesa na primeira guerra mundial, a emergência do estado novo, a fundação da ONU e OTAN, o decorrer da guerra fria e o advento da revolução de 25 de Abril de 1974, tendem a ser reconhecidos como alguns dos eventos mais influentes para a evolução da mesma. Dando especial atenção ao período da revolução de 1974, é possível observar uma mudança radical da política externa portuguesa. Com a queda do estado novo, fim das guerras do Ultramar e independência das antigas colónias portuguesas, a política externa portuguesa viria a redefinir as suas relações com as antigas colónias e mais tarde, redirecionaria a sua postura para uma mais direcionada para a integração europeia após a sua adesão à EU em 1986 bem como fortalecimento das suas relações transatlânticas (Cabrita, 2019).

Ao longo deste período e até à atualidade, a geografia continuaria a manter um papel crítico no que toca ao moldar da estratégia e política externa do país, equilibrando no processo os elementos relativos aos três eixos da política externa já abordados. Ao longo deste período e até aos dias de hoje, Portugal procura não só reforçar os seus compromissos já definidos, mas também definir novos compromissos e objetivos face às dinâmicas em constante mudança que caracterizam o panorama internacional contemporâneo. Bons exemplos de tais compromissos encontram-se na adoção de políticas comuns europeias como as já abordadas, no desenvolvimento de relações de natureza estratégica para com países africanos e latino-americanos e no

crescente interesse no reforço de relações com mercados emergentes como é o caso do desenvolvimento de relações com a República Popular da China (Pereira, 2006).

É possível também argumentar que o papel que Portugal mantém nas operações de paz contemporâneas é por si um desses compromissos. Através da participação em operações de paz, Portugal não só demonstra o seu compromisso no que toca à defesa dos ideais que definem as organizações internacionais da qual o país faz parte, mas também evidencia no processo a sua vontade de apoiar o desenvolvimento a nível internacional. Em casos como as operações de paz executadas pela ONU, Portugal demonstra não só o seu alinhamento para com os ideais da organização, mas também o seu intuito de apoiar a mesma no processo de ajudar países que padecem tal ajuda. No caso de operações executadas pela OTAN, Portugal reforça os seus compromissos relativos à segurança, contribuindo simultaneamente para a defesa num panorama mais geral e para o desenvolvimento das suas capacidades defensivas através da usufruto de oportunidades de conflito real para treinar as suas forças, adquirindo assim conhecimento e experiências únicas que por sua vez permitem treinar as próximas gerações com mais eficácia e desenvolver profissionais mais qualificados na área da segurança e estratégia (Branco, 2015).

Para além destes fatores é importante manter em mente que esta participação apresenta outras vantagens em termos de política externa. Estas vantagens são por sua vez algumas das motivações principais para a participação em tais operações. Primeiramente, compreende-se que a partir de uma perspetiva de política externa, a participação nestas operações permite a elementos diplomáticos portugueses o acesso a teatros de operações que em outras circunstâncias, não seriam acessíveis, concebendo assim acesso a possíveis oportunidades diplomáticas e políticas, projetando no processo a imagem portuguesa em cenários internacionais (Branco, 2015).

Adicionalmente e de acordo com o valor dos compromissos estabelecidos, Portugal procura auxiliar países lusófonos, inserindo na sua participação em operações de paz o apoio a países membros da CPLP, como é o caso de Timor-Leste e Guiné-Bissau.

Desta forma a participação portuguesa, justificada por estes fatores em termos de política externa, usufrui também de certos benefícios mais gerais mas bastante importantes, como é o caso da sua expansão de influência a nível internacional e projeção de Soft Power.

Relativamente à questão da influência, é compreendido que Portugal, através do cumprimento dos seus compromissos e participação em tais missões, desenvolve um teor de credibilidade, legitimidade e prestígio que é por si bastante valioso, consolidando no processo a sua posição em organizações internacionais e práticas diplomáticas multilaterais. No que toca ao benefício da projeção de poder suave por sua vez, entende-se que as missões de paz criam por natureza, novas redes diplomáticas que contribuem para os laços entre os estados envolvidos, que, não só apresentam efeitos positivos a longo prazo, mas no caso português também fortalecem a sua presença a nível internacional.

3.3. Os eixos fundamentais da política externa portuguesa

Continuando a abordagem da porção portuguesa deste domínio, há que notar que a política externa portuguesa se baseia em três eixos dominantes bem como um conjunto de fatores adicionais no que toca às suas prioridades. Estes eixos são reconhecidos como o Eixo Europeu, Eixo Lusófono e Eixo Transatlântico (Sá, 2016).

O primeiro eixo, Eixo Europeu, é compreendido como a prioridade estratégica dominante para Portugal, dado que envolve um compromisso para com a integração europeia bem como uma forte cooperação com parceiros como estados-membros e organizações dentro da UE. Assim, Portugal tende a valorizar e ocupar uma posição de influência no que toca a questões relativas à segurança, cooperação económica e sustentabilidade ambiental. Alguns exemplos desta cooperação e parcerias são evidentes em casos como a parceria portuguesa com a Europol e a Agência de Defesa Europeia em termos de segurança; a parceria com o Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional e o projeto Portugal 2030 em termos de cooperação económica; e a parceria com o Pacto Ecológico Europeu a nível de sustentabilidade ambiental (Gama, 1997).

Seguidamente, o segundo eixo, compreendido como o eixo lusófono, refere-se ao papel da dimensão lusófona na política externa portuguesa, nomeadamente em termos da sua participação na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ou CPLP para abreviar bem como a relação que o país mantém como os países membros desta comunidade. Para além de utilizar a língua portuguesa como ponte de ligação entre culturas dentro desta comunidade, a política externa portuguesa considera este eixo essencial devido não só ao facto de proporcionar uma identidade diplomática própria, mas também ao potencial de projeção internacional inerente que transcende o continente e contexto europeu (Português, 2024).

O terceiro e último eixo, de seu nome Eixo Transatlântico, é constituído pela relação estratégica privilegiada entre Portugal e os EUA bem como outros parceiros do Oceano Atlântico. Desta forma, este eixo tem como intuito consolidar os laços portugueses no âmbito da OTAN enquanto simultaneamente fortalece práticas de cooperação bilateral com o intuito dominante de manter a relevância portuguesa num contexto de segurança internacional (Português, 2024).

Além dos três eixos aqui abordados, Portugal mantém um conjunto característico de princípios fundamentais, nomeadamente o seu compromisso para com o multilateralismo, o seu respeito para com o direito internacional e respetivos órgãos internacionais.

3.4. As Operações de Paz e a Política Externa Portuguesa

Com uma compreensão mais profunda não só da história da política externa portuguesa mas também dos três eixos da mesma, será abordada agora a forma como a política externa portuguesa e mais especificamente os seus eixos se conjugam com as Operações de Paz.

Como já abordado, após a revolução de 1974, e com o processo de descolonização, a política externa portuguesa redefiniria os seus objetivos, priorizando a integração europeia, consolidação das relações transatlânticas e valorização do espaço lusófono. Estes eixos, tornar-se-iam o alicerce da sua atuação no teatro internacional, e por consequência encontrariam uma expressão concreta na participação em operações de paz (Cabrita, 2019).

Começando pelo eixo europeu, é possível compreender que o mesmo representa a principal prioridade estratégica da política externa portuguesa, assentando no compromisso com a integração europeia e com a PCSD, algo evidente pela participação portuguesa em operações de paz no quadro da União Europeia e da OTAN sendo que de acordo com Carlos Martins Branco, verificou-se a partir de 2012 um redirecionamento das forças nacionais sob a égide da ONU para missões conduzidas pela OTAN e UE, algo que evidencia uma opção política deliberada de reforçar o alinhamento europeu e transatlântico (Branco, 2015). Esta orientação por sua vez, traduz-se na percepção de que a participação em operações no âmbito europeu e atlântico fortalece o papel de Portugal como ator responsável e credível em matérias de segurança internacional, algo que consolida a sua integração a nível institucional e militar no espaço europeu.

Por outro lado, o eixo lusófono tende a refletir a dimensão cultural e histórica da política externa portuguesa, dimensão esta que se tende a manifestar na prioridade que Portugal dá à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa ou CPLP bem como o apoio aos países africanos e asiáticos de expressão portuguesa. Neste domínio, a participação portuguesa em operações de paz em Moçambique, Angola, Timor-Leste e Guiné-Bissau representa não só um exercício ativo de solidariedade, mas também uma concretização de uma política externa que procura reforçar os seus laços históricos tal como projetar uma identidade diplomática singular. A presença de Portugal em Moçambique na missão da ONUMOZ da ONU entre 1993 e 1994 bem como em Angola nas missões UNAVEM III e MONUA entre 1995 e 1999 constitui uma das primeiras expressões pós- coloniais da nova postura portuguesa em termos de política externa, centrando-se na cooperação e estabilização de Estados Lusófonos (Branco, 2015), da mesma forma, a intervenção em Timor-Leste nas missões UNTAET e UNMISSET entre 1999 e 2004 materializou o compromisso português para com a consolidação da paz e a construção institucional de um novo Estado lusófono na qual as forças portuguesas desempenharam um papel central tanto em termos militares como policiais (Branco, 2015). Adicionalmente, e ainda dentro deste contexto, o caso do envolvimento da Guarda Nacional Republicana em Timor-Leste e na Guiné- Bissau, durante a UNTAET e UNMIT no caso timorense, e UNIOGBIS no caso guineense, simboliza a projeção prática do eixo lusófono, onde a língua e herança histórica são instrumentos de cooperação e diplomacia de segurança.

Já em termos do eixo transatlântico, o mesmo articula-se com o facto de Portugal ser um estado membro fundador da OTAN e consequencialmente com a relação privilegiada que mantém com os Estados Unidos bem como outros parceiros atlânticos. Este eixo, e dada a sua ligação com a OTAN, sustenta a vertente mais securitária e estratégica, associando Portugal à defesa coletiva e à partilha de responsabilidade em termos de estabilidade internacional. A sua participação em missões da OTAN e ONU em contextos como o Kosovo através da KFOR, Afeganistão através da ISAF ou o Líbano através da UNIFIL ilustra a convergência entre o compromisso atlântico e a projeção de Portugal como produtor de segurança (Branco, 2015), sendo que este envolvimento reforça também a capacidade de Portugal de capitalizar a sua posição geoestratégica e afirmar-se como mediador entre o espaço europeu e mundo atlântico, promovendo em simultâneo os princípios do multilateralismo e direito internacional.

É necessário compreender adicionalmente que a articulação entre os três eixos da política externa portuguesa, e a participação nas operações de paz reflete-se ainda

na evolução conceptual das missões de paz contemporâneas. De acordo com Luís Barroso, as atuais operações de apoio à paz, especialmente em casos como o das conduzidas na RCA, no Mali e na República Democrática do Congo, traduzem uma mudança estrutural na natureza das operações de paz, aproximando-se das operações de combate direto que requerem capacidades militares mais robustas e eficazes (Barroso, 2024). Esta transformação, originada pelas recomendações do Relatório Brahimi, sublinha que o sucesso das operações depende da qualidade das forças empregues bem como da sua preparação tática e estratégica (Barroso, 2024). Neste contexto, Portugal, enquanto pequena potência, dispõe de uma oportunidade de afirmação internacional através da participação em forças de reação rápida bem como unidades de forças especiais como foi o caso das unidades de infantaria paraquedista destacada na RCA, sendo estas unidades uma representação do contributo de elevado valor operacional e político (Barroso, 2024).

Em termos históricos, é possível dividir a trajetória da participação portuguesa em operações de paz em quatro períodos fundamentais. O primeiro destes períodos encontraria o seu início na missão de paz no Líbano de 1958, de seu nome UNOGIL e com caráter de atuação esporádica. Seguidamente na década de 90, Portugal operaria em países como Moçambique, Angola e nos Balcãs. O terceiro período decorreria entre 2001 e 2012 com grande envolvimento em teatros de operações como o Afeganistão, Timor-Leste e Líbano. Por fim o quarto período, que decorre entre 2012 e a atualidade, caracterizou-se por um forte investimento não só em operações da ONU, mas particularmente da OTAN e União Europeia (Branco, 2015). Assim, esta evolução reflete o amadurecimento da política externa portuguesa bem como o seu ajuste às transformações de ordem internacional, na qual a projeção de poder se articula com a defesa e princípios de teor humanitário e estabilidade global.

Em suma, os dados apresentados neste capítulo oferecem uma contextualização teórica do que é a política externa bem como os traços gerais da política externa e respetiva história, abordando não só os seus principais eixos e prioridades, mas também a forma como a mesma evoluiu desde os seus primórdios na época da reconquista até ao período contemporâneo e a respetiva relação da política externa portuguesa com as operações de paz contemporâneas. Para além deste percurso, foi também possível compreender a ligação entre a política externa portuguesa e as operações de paz, observando a conexão entre os eixos da política externa e a forma como se articularam com as operações de paz na qual Portugal Participou ao longo das décadas.

Parte II – Análise e Comparação: A Participação Portuguesa nas Operações de Paz no Afeganistão (ISAF), Kosovo (KFOR) e República Centro-Africana (MINUSCA)

Capítulo 4. A participação portuguesa na Força Internacional de Apoio à Segurança (Afeganistão 2002-2014)

Como definido na porção introdutória desta dissertação, será abordada neste capítulo a participação portuguesa na ISAF, no Afeganistão entre 2002 e 2014. Assim, de modo a alcançar uma compreensão mais detalhada do tema, devemos primeiro compreender o conflito em questão, bem como os respetivos antecedentes. Neste capítulo, será feita uma contextualização da natureza do território na qual a ISAF decorreu bem como os que levaram ao surgimento da operação. Em seguida será analisada a resposta internacional e implementação da ISAF, bem como uma análise segmentada da participação portuguesa na operação, concluindo o capítulo com os resultados dessa participação e respetivos benefícios para a política externa e forças armadas portuguesas.

4.1. Contextualização do Conflito no Afeganistão

Enquanto um país com uma história vasta e rica, o Afeganistão, quer devido à sua cultura quer devido ao posicionamento geográfico e valor geopolítico ao longo da história é um país vastamente marcado por conflito, sendo que ao longo dessa história, a sua população alcançou através da resiliência face a um clima traiçoeiro e topografia desafiante bem como a forças numérica e tecnologicamente mais avançadas, um estatuto de país indomável e inconquistável (Manchanda, 2019). O seu povo, reconhecido por tal resiliência, engenhosidade, e conhecimento do território, destacou-se em vários períodos da história através de vitórias que de um ponto de vista estratégico nos moldes de cada época da história da estratégia, não pareciam ser possíveis. A incapacidade de impérios como o de Alexandre o Grande, a Bretanha Vitoriana, a União Soviética e no virar do século os Estados Unidos da América, de conquistar o território, levariam ao surgimento da sua famosa alcunha: “O cemitério de Impérios” (Fergusson & Hughes, 2019). Produto desta história e condições, o

Afeganistão desenvolveria uma cultura de fidelidade a clãs, forte crença religiosa (islâmica), e uma determinação inabalável de manter a sua autonomia, sendo que mais recentemente, e em particular após a derrota soviética e do que era na altura a república democrática do Afeganistão contra os guerreiros Mujahadeen, apoiados pelos EUA durante a guerra do Afeganistão, um conflito que combinou a Guerra Fria com a Guerra Civil Afegã (Lowenstein, 2016). Após a retirada das forças soviéticas, o Afeganistão, devastado pelo conflito, cairia numa série de guerras civis e conflitos internos, que no processo contribuiriam para o surgimento de grupos como os Talibã e a Al-Qaeda, sendo que os Talibã, produto não só do conflito principal mas também dos posteriores, tomaria controlo do Afeganistão, enquanto a Al-Qaeda se tornaria através da sua crença e apoio ativo da Jihad Afegã, num grupo armado fundamentalista com práticas mais extremistas (Henzel, 2005).

Apesar de na atualidade existir um debate algo extenso relativamente às motivações do governo norte-americano para dar início ao que viria a ser a invasão do Afeganistão, os eventos principais, reconhecidos como os que viriam a desencadear o processo da invasão em questão são os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001, na qual membros da Al-Qaeda tomariam controlo de um conjunto de aeronaves civis de passageiros e utilizaram as mesmas para executar ataques suicidas contra um conjunto de alvos civis e militares americanos, sendo estes o World Trade Center em Nova Iorque, conhecido como as Torres Gémeas e o Pentágono (centro de comando das forças armadas Norte-Americanas). Para além destes alvos, os responsáveis diretos pela execução dos ataques tinham recebido uma lista de alvos principais nas quais alvos como o edifício do Capitólio e a Casa Branca também estavam incluídos. Este plano seria parcialmente bem-sucedido dado que apesar de um número das aeronaves comerciais sequestradas tenham sido abatidas por aeronaves da força aérea americana, três encontrariam os seus alvos (National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States, 2004). Assim, como produto deste ataque, quase três mil pessoas morreriam, uma porção do pentágono foi destruído pelo impacto de uma das aeronaves e o World Trade Center colapsaria eliminando não só os civis que se encontravam dentro dos edifícios na altura do ataque, mas também as forças de resgate, segurança e civis nos quarteirões adjacentes (National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States, 2004). Este ataque, reconhecido como o ataque terrorista mais mortífero da história da humanidade, viria a causar não só um abalo colossal nos corações e mentes do povo americano, mas mudaria também permanentemente as perceções de segurança, defesa e conflito contemporâneas a nível mundial. Após o ataque em questão, o líder do grupo Al-Qaeda, Osama Bin-Laden viria a reivindicar os ataques,

criticando vários aspetos religiosos, políticos e económicos da sociedade e governo norte-americanos.

Na sequência destes ataques, os EUA através da OTAN invocariam o Artigo 5, declarando que os ataques terroristas contra si eram reconhecidos como um ataque contra todos os membros da aliança, requerendo assim uma resposta direta (Folse, 2004). Seguidamente, a ONU passaria a resolução 1368 do conselho de segurança, na qual o conselho condenaria os ataques e afirmaria o direito individual e coletivo de autodefesa. Antes de uma invasão, contudo, o presidente Norte-Americano George W. Bush falaria em congresso, exigindo ao regime Talibã (que na época governava efetivamente o Afeganistão) o desmantelamento do grupo Al-Qaeda e a entrega de Osama Bin Laden às autoridades norte-americanas (National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States, 2004). Após a recusa destas exigências por parte do regime Talibã, os EUA em conjunto com a OTAN formariam uma força de coligação com o intuito de invadir o Afeganistão, neutralizar tanto o regime Talibã como as forças do grupo Al-Qaeda e capturar Bin Laden. Assim começaria a operação multifásica “Enduring Freedom”. Esta operação seria composta por uma fase inicial de bombardeamentos quer por parte da força aérea da coligação, quer por ativos navais norte americanos equipados com misseis cruzadores de longo alcance. Seguidamente entre outubro e dezembro de 2001, a campanha terrestre da coligação avançaria ao longo do Afeganistão, alcançando vitórias críticas em pontos e cidades estratégicas como Mazar-i-Sharif, Kabul (capital Afegã), e por fim Kandahar, cidade-fortaleza principal do regime Talibã. A queda de Kandahar em particular bem como a fuga do líder Talibã da Cidade, causariam um colapso interno do regime Talibã, abrindo o caminho para a implementação de um governo interino por parte da coligação (Mikolashek, 2015).

4.2. Análise da Intervenção Internacional no Afeganistão

Com o decorrer da Operação, em dezembro de 2001 a ISAF seria criada pelo Conselho de Segurança da ONU e legitimada durante o acordo de Bona através da Resolução 1386 ao abrigo do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas. A mesma teria como principais objetivos providenciar apoio à autoridade transitória afegã na estabilização e reconstrução política e institucional bem como apoiar a missão das Nações Unidas no Afeganistão (UNAMA) e contribuir para a securitização e estabilização da região através do Exército Nacional Afegão (ANA) e Polícia Nacional Afegã (ANP), facilitando no processo a reconstrução do país através do uso de Equipas de Reconstrução especializadas. Tais objetivos dariam assim tanto às forças destacadas

como à missão em si uma natureza estabilizadora, desenvolvendo no processo uma dimensão de cooperação civil-militar algo significativo (Folse, 2004).

Nas fases iniciais desta operação, a implementação da mesma esteve a cargo da ONU e funcionaria de forma independente à operação Enduring Freedom. A liderança da operação seria conduzida através de um sistema de rotação entre países participantes, algo que mudaria em agosto de 2003 quando a responsabilidade sobre a missão transitou da ONU para a OTAN a pedido da ONU e do governo Afegão Interino, marcando no processo a primeira vez que a OTAN tomaria comando militar direto de uma operação fora da Europa. A partir deste momento, o comando no terreno seria conduzido por oficiais de países participantes na operação cuja duração do mandato variaria entre um período base de 182 dias até um período de 1 ano e 207 dias, com a exceção do caso do mandato do Tenente-General Nick Parker do Exército britânico na qual o mesmo serviu como comandante interino devido à demissão do General Stanley A. McChrystal durante 11 dias até ao General David H. Petraeus assumir comando da operação (Adair, 2011).

Originalmente, os objetivos de missão definidos acima seriam limitados geograficamente à área geral de Kabul e mais especificamente o aeroporto de Kabul (devido em grande parte à sua importância estratégica), contudo, com o passar do tempo e evolução tanto do ambiente operacional como complexidade da situação securitária e civil do país, a área de operações viria a expandir-se gradualmente e com autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas em Outubro de 2003 para a totalidade do território afegão. Desta forma a expansão em questão viria a ser segmentada em fases específicas, permitindo no processo que as forças dos países participantes assumissem um papel consideravelmente mais direto em zonas cujo conflito se encontrava ativo, particularmente no caso do sul e leste do país. Assim, as quatro fases em questão, foram respetivamente definidas para lidar com as regiões Norte (2003), Oeste (2005), Sul (2006) e Leste (2006) sendo que como previamente mencionado, as regiões Sul e Leste provar-se-iam as mais desafiantes não só devido ao facto de se encontrarem em conflito ativo mas devido à pura intensidade e complexidade operacional do mesmo (Neumann, 2020).

Há que notar contudo que apesar de a ONU e OTAN serem considerados os Principais atores nesta operação, estas mesmas organizações viriam a beneficiar do apoio de países parceiros como a Austrália e Nova Zelândia entre outros sendo que ao longo deste processo, apesar de a OTAN se encontrar ao comando da operação, os Estados Unidos continuariam a liderar as missões de contraterrorismo através da sua própria Operação “Enduring Freedom”, mantendo sempre uma estrutura de comando

separada. Com o tempo esta escolha levaria por si a uma maior integração entre a ISAF e OEF, particularmente em termos de áreas operacionais e de treino.

Tal treino, sendo um dos principais objetivos estratégicos da ISAF, destinava-se a aprimorar as capacidades das Forças de Segurança Nacional Afegãs, particularmente após 2006 para a qual foi criada uma estrutura formal de apoio, a Security Force Assistance dispondo por sua vez de equipas de mentoria especializada.

Naturalmente uma operação desta dimensão e carácter viria a deparar-se com um conjunto próprio de dinâmicas e desafios de forro operacional, sendo estes a insegurança generalizada fora de Cabul, proveniente dos conflitos ativos derivados da guerra de guerrilha conduzida pelas forças talibã bem como a resistência local e hostilidade cultural do povo afegão devido às circunstâncias da presença internacional e conduta da mesma em termos de abordagem para com os cidadãos. Adicionalmente compreende-se que existiu durante os primeiros anos da operação um certo nível de falta de coordenação entre as forças da ISAF e OEF devido a disporem de estruturas de comando separadas, bem como a insuficiência de efetivos e recursos relativamente às necessidades e objetivos operacionais, particularmente no período de expansão inicial.

Devido a estes fatores surgiu uma necessidade crescente de adaptação das forças envolvidas às nuances de operações de contrainsurgência num meio quer de guerra convencional em áreas mais rurais, quer de guerrilha em áreas urbanas.

Todos estes desafios eram por sua vez intensificados graças a fatores como o nível de corrupção e ilegitimidade presente no governo afegão bem como condições socioeconómicas e geográficas consideravelmente adversas (Neumann, 2020).

4.3. O papel de Portugal enquanto integrante na ISAF

Enquanto membro da OTAN e participante ativo na ISAF, Portugal cometeu um conjunto de operacionais, meios e estratégias de modo a contribuir para com a operação em vigor. Esta decisão foi motivada por aspetos como a solidariedade para com os EUA e OTAN, a intenção de afirmar a capacidade militar e política de Portugal e os compromissos não só com a OTAN e ONU enquanto estado membro mas também com os princípios relativos aos direitos humanos e segurança cooperativa (Dias, Freire, & Barradas, 2021).

Para tal efeito, as forças armadas portuguesas sob ordem do governo português e em cooperação com a OTAN contribuíram com cerca de 3200 militares, respetivo equipamento de proteção pessoal e armas ligeiras. Em termos mecanizados foram empregues: Viaturas ligeiras e táticas como os *URO VAMTAC ST5 BN3* (sob empréstimo do exército espanhol) para propósitos de transporte de infantaria, posto de

comando e controlo temporário e rotação de forças de reação rápida; Viaturas ligeiras *HMMV M1025* e *Panhard M-11* para patrulhas e proteção de comboios de veículos, bem como uma panóplia de viaturas ligeiras e pesadas para tarefas logísticas, médicas e humanitárias tal como para utilização pela Guarda Nacional Republicana no desempenho das suas funções na região. Em termos de meios aéreos, a força aérea portuguesa enviou uma aeronave de transporte C-130 “*Hércules*” com o intuito de providenciar apoio a nível logístico e evacuação médica (Cardoso , 2014).

Munido destes operacionais e equipamento, o contingente português no Afeganistão desempenharia por sua vez um conjunto de funções quer diretas quer indiretas altamente relevantes para a execução dos objetivos operacionais da ISAF. Funções estas como a tomada de comando e securitização do aeroporto de Kabul, liderança e apoio sanitário de várias equipas médicas do exército britânico, formação de forças de reação rápida para neutralização de insurgentes em missões de contrainsurgência direta, mentoria e treino do Exército Nacional Afegão bem como a Polícia Afegã quer por parte dos militares portugueses no local quer pelo contingente da Guarda Nacional Republicana enviado para tal função e por fim assessoria em estruturas de comando e planeamento operacional na região.

Produto destes contributos e apesar de dificuldades relacionadas com eficácia do equipamento utilizado e interoperabilidade com o resto das forças presentes, a participação portuguesa viria a ser altamente valorizada pelos seus aliados, sendo vista como um instrumento eficaz de afirmação externa, rigor e profissionalismo militar (Dias, Freire, & Barradas, 2021).

4.4. Análise Estratégica da Participação portuguesa na ISAF

Como abordado no subcapítulo anterior os objetivos estratégicos portugueses para a sua participação na ISAF eram principalmente afirmar a capacidade militar e política de Portugal, apoiar as forças da OTAN no terreno e desenvolver as capacidades de interoperabilidade e experiência no terreno de tropas portuguesas contudo estas definições são por si algo abrangentes, sendo assim apropriado analisar tais objetivos em detalhe de modo a alcançar uma compreensão mais aprofundada dos mesmos.

Relativamente à afirmação de capacidade militar e política portuguesa bem como o apoio às forças da OTAN presentes na operação, é possível compreender que apesar de ser um membro da OTAN, Portugal dispõe de um número mais limitado de militares e equipamento face a outros membros da aliança, devido em parte às próprias dimensões populacionais e económicas de Portugal. Desta forma, as forças armadas

portuguesas procuram seguir uma doutrina baseada em qualidade em vez de quantidade, focando-se mais em treino, prontidão, capacidade e adaptabilidade em ambientes operacionalmente fluidos, procurando no processo assegurar que os seus operacionais se encontram extremamente familiarizados não só com o seu equipamento mas também habilitados para conceber soluções rápidas e eficazes para desafios imediatos em circunstâncias adversas. Com esta doutrina em mente, Portugal optou por manter o seu compromisso para com a sociedade internacional e com a OTAN, transcendendo as suas prioridades geográficas nacionais e assumindo mais uma vez a sua reputação como um parceiro fiável da OTAN e das Nações Unidas, expondo o profissionalismo e capacidade das suas forças em missões de risco elevado (Dias, Freire, & Barradas, 2021).

No que toca a desenvolver as capacidades de interoperabilidade no terreno, Portugal procurou fazer proveito da oportunidade de trabalhar com os seus aliados numa operação internacional para desenvolver as capacidades dos seus operacionais, enviando membros dos três ramos das forças armadas não só para apoiar a operação em curso, mas para pôr em prática os seus conhecimentos em situações reais, adquirir novos conhecimentos, e por sua vez transmitir informação vital relativa a procedimentos em termos de interoperabilidade, operações de contrainsurgência, treino e apoio de forças locais em novas circunstâncias operacionais para com o resto dos elementos das forças armadas portuguesas (Reis & Menezes, 2020).

4.5. Análise da operacionalização da participação portuguesa na ISAF

Após uma compreensão mais detalhada dos objetivos estratégicos portuguesas para a participação na ISAF, iremos agora abordar de forma mais compreensiva a maneira como a força nacional destacada operou durante a ISAF de modo a cumprir os objetivos definidos. Para tal, e apesar de as funções dos respetivos elementos já terem sido brevemente mencionadas no subcapítulo 3.3 desta dissertação, esta análise será segmentada de forma a compreender a missão individual de cada grupo no teatro de operações.

Os 3200 militares colocados foram respetivamente divididos em 12 destacamentos e Unidades mediante os seus propósitos e especializações, sendo colocados gradualmente no teatro de operações e desempenhando funções essenciais para o sucesso da operação (Dias, 2023):

Começando pelo primeiro destas forças a alcançar o teatro de operações, o destacamento sanitário, foi composto por 8 militares dos três ramos das forças armadas, tendo como missão o apoio de saúde a militares e civis em Cabul e arredores. Estes 8 militares aterrariam no aeroporto de Cabul a 1 de março de 2002 e ao longo da sua rotação, acompanharam predominantemente as forças britânicas em patrulha e prestaram ainda cuidados médicos a civis em centros de saúde da cidade (Cardoso, 2014).

Seguidamente, o Destacamento de Aeronave C-130 operou primeiro enquanto integrante da força da coligação e depois intermitentemente através de três períodos entre 2002 e 2009 com o propósito de apoiar o esforço logística de maior escala executado pelos membros participantes da ISAF, coordenando não só em termos de missões de transporte mas também de manutenção das aeronaves devido à utilização dos mesmos modelos de aeronave empregue por países como a Bélgica, Roménia e Grécia. Inicialmente sediado em Carachi, no Paquistão, o destacamento transitaria para a base de Cabul após ser integrado na ISAF (Cardoso, 2014).

Ainda em 2004 e dentro do mesmo ramo que o destacamento de aeronave C-130, foi colocado um conjunto de equipas da Força Aérea, que apesar de não serem consideradas um destacamento único, desempenharam papéis igualmente importantes, sendo compostas por um total de 10 efetivos. Operando exclusivamente no aeroporto de Cabul, estas equipas de Bombeiros, Controlo Aéreo e Meteorologia respetivamente, complementaram os efetivos presentes no aeroporto e desempenharam funções vitais para a operação do aeroporto, facilitando não só o tráfego aéreo de aeronaves quer civis quer militares a participar na operação(algo mais desafiante devido ao ambiente operacional e circunstâncias geográficas do aeroporto),mas garantindo as capacidades de socorro em caso de desastre bem como treinando outros operacionais para esse propósito.

Além dos elementos da força aérea destacados para as funções previamente mencionadas, seria destacado um grupo de Comando do Aeroporto de Cabul, composto por 37 militares (34 da força aérea, 2 do exército e 1 da marinha) que operaram entre agosto e dezembro de 2005 com a missão de tomar comando e gerir as operações no aeroporto, treinando no processo novos controladores aéreos e gerindo a logística e organização necessária para a execução de operações na região.

De modo a complementar as operações da força nacional destacada na região a força aérea portuguesa cometeu também uma unidade de controlo aéreo avançado,

composta por 7 militares que operaram durante seis meses, utilizando viaturas e equipamento especializados como os Panhard-M11 e sistemas de comunicação, controlo e identificação de longo alcance. Munidos destas ferramentas, os integrantes desta unidade prestaram apoio de comunicações e coordenação de apoio aéreo entre os militares portuguesas da força de reação rápida e os meios de apoio aéreo direto de outros países participantes colocados no teatro de operações (Garcia, 2008).

Por sua vez a força de reação rápida em questão (consideravelmente maior que um destacamento dado a sua missão), composta por um efetivo de 157 militares (maioritariamente membros dos Comandos Portugueses) colocados na base “Camp Warehouse” em Cabul, começaram as suas operações a partir de julho de 2005 e operaram até 2008. Esta força, constituída por uma secção de comando, uma companhia de manobra e um centro de operações tático, tinha como missão operar enquanto força de reação rápida, sendo ativada para apoiar o governo e autoridades afegãs na estabilização e securitização da região. Assim, a força em questão executou cerca de 20 operações desempenhando um conjunto de funções críticas como patrulhas motorizadas, patrulhas fixas, postos de controlo de tráfego motorizado, apreensões, manutenção de perímetros de segurança, entrega de ajuda humanitária e reação rápida a requisitos de apoio em situações de combate (Garcia, 2008).

Também 2008, seria enviada uma equipa de mentoria de guarnição composta inicialmente por 15 elementos dos três ramos das forças armadas, chegando ao longo a operação a 30 elementos, e tendo como missão atribuída treinar, ensinar e orientar uma guarnição posicionada a vinte quilómetros de Cabul, na qual os seus constituintes providenciaram soluções para os desafios presentes em diferentes aspetos operacionais, desde logística e gestão de efetivos até engenharia e comunicações (Garcia, 2008).

Para além destas forças, 2008 viu também a chegada do elemento de segurança/ proteção da força, grupo este incumbido com a missão de garantir a segurança de todos os elementos do contingente nacional, providenciando no processo apoio aos militares portugueses presentes no teatro de operações aquando do requisito desse apoio. Este apoio era por sua vez feito através de uma panóplia de atividades, desde planeamento de movimentos operacionais, até análise de informações, execução de escoltas e transportes em segurança a elementos do contingente nacional bem como atividades de treino e manutenção.

O último destacamento aprovado para operação em 2008, e colocado no teatro de operações em 2009 seria o destacamento médico role 2, constituído por 15 militares, este destacamento desempenhou um papel de alta importância no exercício das suas funções de prestação de cuidados médicos no hospital militar da ISAF, localizado no aeroporto de Cabul.

Já em 2010 seria colocado um conjunto de elementos da força aérea portuguesa para participar em funções de mentoria e assessoria quer ao estado maior das forças armadas afegãs, quer ao comando da academia da força aérea afegã, sendo este situado no aeroporto de Cabul.

Por fim as últimas variedades de destacamentos colocados no teatro de operações chegariam ao Afeganistão em 2011, sendo estes o destacamento da Guarda Nacional Republicana e a força de proteção KIAI APOD. O destacamento da GNR, operou enquanto membro da “NATO Training Mission Afghanistan” e foi composto por 15 militares. Estes militares desempenharam tais funções como treino das forças da polícia nacional afegã e assessoria dessa mesma força em contexto de combate ao crime e funções de segurança pública na capital. A força de proteção KIAI APOD por sua vez seria composta no seu pico por 75 militares distribuídos por 2 pelotões sendo um deles da cavalaria e outro dos fuzileiros, e foram responsáveis por manter o perímetro de segurança no aeroporto de Cabul, particularmente no portão norte das imediações do aeroporto na qual faziam o controlo do acesso de viaturas e pessoal ao recinto, e por fazer a patrulha noturna do perímetro exterior do aeroporto, tomando posições de guarnição em duas torres de vigia e respetivas escoltas (Cardoso, 2014).

Numa nota final há que notar que, como já mencionado, os números de efetivos colocados no terreno foram em múltiplos casos variando, não só devido às necessidades operacionais mediante a evolução da operação, mas também devido ao processo de tomada de decisões estratégicas quer do comando da OTAN no terreno, quer do estado maior das forças armadas portuguesas e do governo português.

4.6. Análise do resultado da participação portuguesa na ISAF

Com uma compreensão dos objetivos estratégicos portugueses para a sua participação na ISAF, bem como uma análise detalhada acerca das forças cometidas para o cumprimento desses objetivos e sua respetiva operação, iremos fazer um balanço compreensivo do resultado desta participação, quer de um ponto de vista operacional, quer político e estratégico.

Começando pela análise da parte operacional, o contingente português alcançou um resultado geralmente positivo, os relatórios indicam que todos os contingentes portugueses cumpriram com integridade, profissionalismo e eficácia as suas missões atribuídas sendo que apesar de o contingente português cometido à operação fosse algo modesto em termos de efetivos e equipamentos cometidos em comparação com os contingentes de outros países, acabaria por se destacar por estes aspetos, sendo alvo de vários elogios a nível internacional (Rodrigues, 2011). Um dos melhores exemplos deste efeito, é destacado por Reis e Menezes, que frisam o facto de o contributo das forças especiais portuguesas presentes no teatro de operações, cuja atuação demonstrou um grande nível de interoperabilidade e adaptabilidade em contextos multinacionais, reforçou por si o prestígio externo do país neste contexto (Reis & Menezes, 2019).

Há que notar contudo que naturalmente as forças portuguesas se depararam com um conjunto de desafios durante a sua participação, nomeadamente em termos da qualidade e quantidade do equipamento providenciado tal como em termos de comunicação e organização em grande escala, dada a dimensão da operação em questão. Para além destes desafios, não podemos também ficar obstantes ao sacrifício de dois militares portugueses, que deram a sua vida durante a operação, sendo estes o Primeiro-Sargento Comando João Paulo Roma Pereira e o Soldado Paraquedista Sérgio Miguel Vidal Oliveira Pedrosa, duas mortes em combate (em missões de patrulha) que se juntaram ao registo de baixas portuguesas em missão, registo este que durante o decorrer da ISAF contou também com 10 militares portugueses feridos (Abreu, 2014).

De um ponto de vista político estratégico, estes resultados provar-se-iam bastante positivos para Portugal, pois os mesmos reforçaram a noção que dado o profissionalismo e capacidade das forças portuguesas em condições adversas e com um nível de equipamento limitado, Portugal mantém-se como um produtor de segurança internacional, reforçando no processo a sua credibilidade entre países parceiros e organizações como OTAN e ONU (Reis & Menezes, 2019). Esta experiência demonstrou também, apesar de não intencionalmente, o compromisso de Portugal com o sacrifício em prol de objetivos maiores, algo evidente nas operações de alto risco conduzidas pela sua força de reação rápida aquando do seu requisito para apoiar forças aliadas no teatro de operações.

Este compromisso seria assim elogiado por países parceiros que participaram na operação, como foi o caso do elogio que as forças portuguesas receberam por parte do comandante britânico da ISAF na altura, General Sir David Richards, durante um comitê de defesa da Câmara dos Comuns do Reino Unido, afirmando que: “ *Os meus maiores heróis lá fora eram os portugueses, curiosamente, porque eles eram a minha*

pequena reserva, (...) que fizeram muita diferença, particularmente na província de Farah(...)” (Dso, 2007).

Apesar de os resultados gerais da presença internacional no Afeganistão serem frequentemente debatidos na atualidade dado o decorrer da evacuação das forças internacionais presentes em 2021, o resultado da prestação portuguesa na ISAF é evidente, o seu sucesso operacional bem como as estruturas de comando, formação e organização das forças militares afegãs são uma prova da sua eficácia e sucesso em termos do cumprimento dos seus objetivos estratégicos (Rodrigues, 2011).

4.7. Conclusões referentes à participação portuguesa na ISAF

Numa perspetiva global, apesar de as forças portuguesas se depararem com vários desafios quer sejam operacionais, quer sejam materiais, a participação portuguesa na ISAF desempenhou um papel relevante e reconhecido no que foi o esforço multinacional e multilateral que foi levado a cabo no Afeganistão.

Esta operação, que surgiu após os ataques terroristas de 11 de setembro de 2001 nos estados unidos e respetiva resposta internacional, assumiu objetivos estratégicos relativamente à necessidade de estabilização política e institucional bem como securitização e reconstrução territorial. Começando como uma operação das Nações Unidas, a mesma viria a articular-se de forma progressiva com a OTAN, que acabaria por assumir a liderança da operação em 2003. No processo, a participação portuguesa procuraria enquadrar-se nos seus compromissos internacionais, e viria assim a ser justificada não só devido a solidariedade transatlântica para com os estados unidos, mas também pela sua intenção de se afirmar como um parceiro de segurança credível, com a devida capacidade de projeção em ambientes operacionalmente complexos.

Através do empenho de 3200 militares e respetivos meios ao longo de 12 anos, Portugal contribuiu com um conjunto de forças e destacamentos variados, de modo a abranger um conjunto de tarefas fundamentais. Estas forças, inseridas em estruturas multinacionais, garantiram a flexibilidade operacional e reforço de cooperação civil-militar necessária para o sucesso da missão, apesar de no processo se depararem com certos constrangimentos em termos de equipamento disponível, interoperabilidade e complexidade cultural e operacional do teatro de operações afegão.

Assim, o balanço da participação evidencia um desempenho geralmente positivo sendo que todos os contingentes colocados cumpriram com rigor as suas missões, demonstrando no processo um elevado grau de profissionalismo, adaptabilidade e eficácia, qualidades estas que seriam destacadas quer por comandantes no terreno, quer por autores após o conflito. Este reconhecimento, seria por sua vez reforçado pelo

prestígio atribuído às forças especiais portuguesas, cujas capacidades como interoperabilidade em cenários multifuncionais e eficácia tática foi particularmente valorizada. É necessário contudo manter em mente os sacrifícios humanos da missão, sendo estas duas mortes em combate de 2 elementos das forças especiais portuguesas e 10 feridos, testemunhos vivos do risco elevado e sacrifício inerente deste tipo de operações.

Em termos político-estratégicos, a ISAF provou-se uma oportunidade valiosa para Portugal consolidar a sua reputação enquanto um produtor de segurança internacional. Apesar da sua dimensão reduzida, este contributo reforçou a credibilidade externa do país para com a ONU e OTAN, demonstrando que mesmo com uma quantidade limitada de recursos, é possível através de profissionalismo e aptidão tática e estratégica projetar influência e fiabilidade. Esta performance evidenciou ainda o foco em qualidade em vez de quantidade bem como a dedicação ao treino e adaptabilidade presente na doutrina das forças armadas portuguesas, consolidando assim a noção que Portugal é um parceiro empenhado e comprometido no que toca aos objetivos de segurança coletiva.

Embora a participação portuguesa não tenha alterado de forma decisiva o resultado final do conflito, é evidente que a sua participação representou um sucesso em termos de cooperação internacional, sendo a mesma, através da sua eficácia operacional, relevância política e reconhecimento internacional, uma marca significativa na política externa portuguesa e no valor das forças armadas portuguesas, demonstrando assim, a capacidade do país de contribuir de forma credível e útil para operações internacionais de alto risco e complexidade.

Capítulo 5. A participação portuguesa na Kosovo Force (Kosovo 1999-2017)

5.1. Contextualização do Conflito no Kosovo

Será abordada neste capítulo e de forma compreensiva a participação portuguesa na KFOR, no Kosovo entre 1999 e 2017, seguindo para efeitos de clareza e objetividade, a estrutura empregue no caso do capítulo anterior. Em semelhança ao caso do Afeganistão, a região que eventualmente se tornaria o Kosovo como é conhecido na atualidade, é fortemente marcada por um conjunto de conflitos e tensões étnicas e políticas consideravelmente extenso e recorrente, especialmente após a formação da Jugoslávia. Com o surgimento da Jugoslávia e respetiva ditadura pela qual o antigo país é conhecido seria espetável que a região em questão se encontrasse igualmente subjugada pelo regime da época, contudo a província disfrutaria de um elevado grau de autonomia em comparação com as restantes, particularmente após a constituição de 1974 na qual a maioria da população local (cerca de 90%) era composta por albaneses (Hamiti, 2015). Esta autonomia, seria contudo, eventualmente suprimida em 1989 de forma particularmente brutal aquando da ascensão de Slobodan Milosevic ao cargo de presidente da Sérvia, sendo que, no processo, a população albanesa, veria os seus direitos políticos, acesso a educação na sua língua materna e posições no setor público completamente retiradas e proibidas. Consequência desta repressão, o Kosovo deparou-se com uma transformação no que seria de facto uma colónia Sérvia na qual a sua comunidade maioritária sofreria de marginalização sistemática (Arun, 2014).

Assim, face a estas condições, surgiram duas respostas algo distintas por parte dos kosovares albaneses sendo estas um movimento de natureza pacifista e uma fação paramilitar, a Liga Democrática do Kosovo ou LDK e o Exército de Libertação do Kosovo ou ELK, fundados em 1989 e 1990 respetivamente. Enquanto a LDK, liderada por Ibrahim Rugova procurava criar uma sociedade paralela através de meios pacíficos com o seu próprio sistema de educação, saúde e administração, o ELK liderado por Hashim Thaçi assumiria a sua luta pela independência do Kosovo através de uma série de ataques armados contra forças sérvias colocadas na região (Fuduli, 2002). A combinação destas dinâmicas internas seria por sua vez alimentada pelo contexto regional de instabilidade que após a queda da Jugoslávia e respetivas guerras constituintes como foi o caso das guerras pela independência da Croácia e da Bósnia, faria com que o Kosovo se tornasse num ponto sensível do nacionalismo sérvio (Hayden, 2007). Esta sensibilidade, enaltecida pelo famoso memorando da Academia

de Ciências Sérvia de 1985-1986, na qual o mesmo denunciava uma suposta perseguição da população sérvia em regiões como o Kosovo derivada da queda da Jugoslávia, viria a ser intensificada pela narrativa de Milosevic, tornando a província num centro simbólico da mobilização política Sérvia (Budding, 1998).

A escalada para conflito armado surgiria em 1998 sendo que o episódio que tende a ser reconhecido como catalisador da crise internacional ocorreu a 28 de fevereiro aquando da apreensão de Adem Jashari, uma figura prominente dentro dos círculos do ELK, por parte das forças sérvias sendo que no processo as mesmas mataram 58 familiares de Jashari na vila de Prekaz. Este massacre, impossível de encobrir devido à cobertura mediática a nível internacional, levaria a um rápido aumento do número de grupos de autodefesa albaneses na região, consolidando no processo o papel do ELK como a frente de resistência dominante na região (Hayden, 2007). Em termos numéricos, esta multiplicação de força, permitiu ao ELK alcançar cerca de 15.000 combatentes ativos até ao final de 1998. Em resposta a estes desenvolvimentos, Milosevic adotou uma postura estratégica de combinação de operações militares em contextos de manutenção de segurança na região, com campanhas de limpeza étnica de modo a tentar alterar a composição demográfica da população Kosovar (Hayden, 2007).

Com a violência crescente, a União Europeia, OTAN e os Estados Unidos, tentaram inicialmente mediar o conflito recorrendo a vias diplomáticas, através primariamente da conferência de Rambouillet de 1999, conferência esta que previa uma autonomia alargada para o Kosovo através de supervisão internacional bem como através da Missão de Verificação do Kosovo por parte da OSCE, contudo face à iminência de uma ofensiva sérvia de larga escala, e fracasso da conferência devido à recusa Sérvia da presença de forças militares estrangeiras na região, os observadores e diplomatas destas entidades foram retirados por questões de segurança. Por consequência, e num quadro regional, a instabilidade gerada pelo conflito transbordaria de tal forma que se tornou uma ameaça direta à segurança de países vizinhos como a Albânia e Macedónia, que receberam no processo centenas de milhares de refugiados ao longo da ofensiva sérvia, sendo que ainda no ano de 1999, a estimativa do número de cidadãos kosovares expulsos das suas casas e forçados a fugir do país, foi de cerca de 900 000 pessoas (Wentz, 2002). Devido à sua dimensão e efeito a nível regional, este êxodo em massa viria a ser reconhecido como uma das maiores crises humanitárias na Europa no período pós-Guerra Fria.

5.2. Análise da Intervenção Internacional no Kosovo

Da mesma forma que foi analisada a intervenção internacional no caso do Afeganistão no capítulo anterior, será agora feita essa análise para o caso do Kosovo, contudo, há que notar antes de mais, que a estrutura desta análise difere algo do caso do Afeganistão devido à sequência de eventos e fases de intervenção.

Adicionalmente deve ser também compreendido que a intervenção militar no Kosovo é vista até à atualidade como mais controversa que outros casos, devido fatores como a forma como foi executada, ao seu custo em termos de baixas civis e às questões que levantou relativamente ao debate sobre conceitos como o direito de autodeterminação de estados e a intervenção militar para prevenção de crimes contra a humanidade (Haines, 2009).

As primeiras instâncias de intervenção internacional no Kosovo foram como já mencionado previamente a conferência de Rambouillet decorrida entre janeiro e fevereiro de 1999, bem como a Kosovo Verification Mission da OSCE decorrida entre outubro de 1998 e junho de 1999, contudo estas tentativas não alcançariam os objetivos originalmente desejados. Assim, sob o pretexto de prevenir uma crise humanitária e crimes contra a humanidade, a OTAN iniciou em março de 1999, sem mandato do Conselho de Segurança da ONU, a Operação Allied Force, uma campanha de bombardeamentos contra alvos primariamente militares sérvios, com o intuito de forçar a Sérvia a terminar a sua ofensiva e abdicar do seu controlo sobre o Kosovo, aceitando no processo a presença internacional no território (Peters et al. , 2001).

Esta campanha foi como referido na parte introdutória deste subcapítulo, a principal razão das polémicas relativamente a questões de intervencionismo e autodeterminação dado que foi executada sem mandato da ONU, e no processo causou um número considerável de baixas civis, estimado ser de acordo com a Vigília dos Direitos Humanos entre 489 e 528 baixas. Apesar de a campanha em si ter sido considerada ilegal, a mesma alcançaria os objetivos definidos para iniciar o longo processo de estabilização da região, sendo estes objetivos a retirada das tropas sérvias na região, o retorno de um número considerável de refugiados às suas casas, o estabelecimento de missões como a KFOR, e a Missão de Administração Interina das Nações Unidas no Kosovo ou UNMIK bem como a Resolução 1244 da ONU e o acordo de Kumanovo. Esta resolução e acordo previam respetivamente que o Kosovo se encontrava oficialmente separado da Jugoslávia e Sérvia sob uma administração temporária das Nações Unidas, sendo esta a UNMIK e que seria estabelecida uma relação de comunicação básica e cessação de hostilidades entre a KFOR e a República

Federal da Jugoslávia, formando no processo uma zona desmilitarizada (Nations, 1999).

Durante este processo, e como já estabelecido, surge a operação chave deste capítulo, sendo esta a KFOR. Iniciando o seu mandato a 12 de junho de 1999, a operação integraria nas suas primeiras fases cerca de 50.000 militares provenientes de mais de 30 países, divididos em brigadas multinacionais distribuídas regionalmente de modo a assumir responsabilidade por zonas específicas. A missão teve como objetivos principais atuar como uma força de estabelecimento e manutenção de paz, apoiando no processo a reconstrução do Kosovo (Hamiti, 2015).

O decorrer da missão evidenciaria um número de desafios consideráveis quer na vertente militar, quer na vertente de cooperação civil-militar. Entre estes desafios, encontrou-se a questão de não existir qualquer estrutura administrativa, judicial ou policial, algo que forçou elementos da KFOR a desempenhar uma panóplia de funções para além das previstas numa operação de paz regular, funcionando assim não só como soldados da paz, mas em muitos casos polícia de segurança pública, proteção civil, apoio a serviços de emergência e até administração local. Esta mistura de circunstâncias, evidencia a forma como a KFOR se tornou uma operação de paz mais fluida que muitas outras, sendo considerada viável por alguns para a categoria de operação de segunda geração, uma categoria que tipicamente reflete um desvanecer da separação entre a execução de tarefas militares e civis, algo que tende a ser uma prova da complexidade dos novos contextos de segurança no período pós-Guerra Fria (Hamiti, 2015).

5.3. O papel de Portugal enquanto integrante na KFOR

Enquanto membro da OTAN, Portugal integrou a KFOR desde o início, enviando elementos no mesmo ano da sua implementação de modo a operarem sob o comando da OTAN na respetiva região definida. As funções eram variadas, desde patrulhas e segurança até apoio logístico. Financeiramente, esta participação tornar-se ia a mais dispendiosa de sempre para Portugal, dado que no total teve um custo acumulado de cerca de 223 milhões de euros, um valor consideravelmente superior aos da participação em operações no Afeganistão, Bósnia ou Timor-Leste (Branco , 2022).

Apesar de o contingente inicial ser composto por uma unidade de escalão batalhão de 500 militares, Portugal enviaria ao longo da operação mais de 8000 militares sendo estes membros tanto das forças armadas como da guarda nacional republicana e polícia de segurança pública para o teatro de operações, complementados

por um conjunto de viaturas e equipamentos especializados de modo a desempenhar as suas missões com eficácia e sucesso (Bernardino, 2021).

Desde meios como viaturas táticas ligeiras blindadas *Panhard M11* e *URO VAMTAC ST5*, viaturas ligeiras *HMMV M1025*, viaturas blindadas de rodas *Pandur II*, *Chaimite V200* e viaturas blindadas de transporte de pessoal *M113*, até viaturas de apoio logístico e comunicações, as forças armadas optaram no caso do Kosovo e dados os requisitos e circunstâncias da missão, enviar uma força predominantemente terrestre para o desempenho das suas funções, recorrendo a meios de apoio aéreo de outros países nas suas missões de armas combinadas. Numa vertente de apoio ao que seriam as forças de segurança do Kosovo, e muito como no caso do Afeganistão, Portugal enviou também contingentes da Guarda Nacional Republicana com o intuito de não só providenciar apoio direto no policiamento urbano, mas também formar essas novas forças de segurança, com um foco especial em treinos para controlo e dispersão de multidões no que viria a ser a unidade de operações especiais da polícia do Kosovo.

5.4. Análise Estratégica da Participação portuguesa na KFOR

No caso da KFOR, os objetivos estratégicos de Portugal para a operação assemelham-se bastante aos objetivos estabelecidos para a participação na ISAF, contudo, devido a questões contextuais, este conjunto contou com um número de aspetos adicionais.

De forma semelhante ao caso da ISAF, a participação portuguesa proveio da sua solidariedade, mais especificamente para com a aliança atlântica e europeia. Esta solidariedade não só frisaria a sua credibilidade enquanto membro e promotor de segurança em termos internacionais, mas marcaria o momento em que as forças armadas portuguesas passaram de agir como uma ferramenta de dissuasão e defesa territorial para um instrumento de política externa de modo a honrar os seus compromissos para com organizações como a OTAN e EU, algo que no processo alimentaria tal credibilidade (MDN, 1999). Neste processo, Portugal procurou projetar também a sua influência e prestígio, uma forma frequente de estados com capacidade militar mais reduzida de adquirir “poder derivativo”, sendo que neste caso, essa aquisição manifestou-se através da contribuição de operações lideradas pela OTAN (Branco, 2022). Esta participação por sua vez encaixou-se com outro dos objetivos frequentes da política externa portuguesa em operações internacionais, sendo este o desenvolvimento de interoperabilidade e profissionalismo das forças armadas portuguesas.

Através da aquisição de experiência e conhecimento tático e operacional no terreno, Portugal desenvolve as suas capacidades de interoperabilidade com outros países da OTAN, algo crucial para a capacidade de operar em cenários de cooperação militar do futuro. Por fim, e muito como no caso da ISAF, Portugal também se empenhou nesta operação devido à dimensão humanitária e estabilizadora presente nos objetivos gerais da mesma, sendo que apesar de enviar predominantemente capacidades militares, também enviou capacidades de apoio logístico, reconstrução e segurança pública de modo a apoiar a dimensão civil-militar do mandato original da KFOR, algo que por sua vez também frisa o aspeto de solidariedade europeia já abordado (Vicente, 2019).

5.5. Análise da operacionalização da participação portuguesa na KFOR

Com os objetivos estratégicos definidos para a sua participação e após uma breve noção geral da dimensão das forças cometidas para a operação, deve ser feita agora e de forma semelhante ao caso do Afeganistão, uma abordagem mais detalhada das forças e meios cometidos e respetivas funções.

Começando pela colocação inicial em 1999 Portugal cometeu a Força Nacional Conjunta Kilo ou FNCK sendo esta força composta por uma combinação de um destacamento de forças especiais, um elemento de comando, um grupo de controladores aéreos e uma brigada mista de intervenção, com cerca de 500 efetivos, esta força teve como missão fazer a integração inicial na estrutura operacional da KFOR, desempenhando funções de securitização, patrulhamento e controlo de movimentos populacionais de larga escala num contexto pós-conflito, apoiando no processo a estabilização das áreas de operações designadas (MDN, 1999).

Seguidamente, entre 2000 e 2005, Portugal destacou cerca de 450 efetivos através de um conjunto de companhias e subunidades de infantaria mecanizada em rotações designadas, bem como elementos de engenharia, transmissões e logística, de modo a desempenhar funções de patrulhamento local, presença dissuasora, apoio logístico, reação rápida, reparação de infraestruturas e manutenção de comunicações (MDN, 2005).

Já entre 2006 e 2009, Portugal destacaria uma companhia de manobra de infantaria acompanhada de elementos de apoio sanitário e logístico composto por 150 efetivos autorizados, para missões de controlo de tumultos, participação em patrulhas conjuntas, demonstrações de presença militar no teatro de operações e apoio médico não só aos militares portugueses mas também de outros países e civis kosovares.

Entre 2010 e 2013, seria colocada no teatro de operações uma FRR apoiada por elementos do 1º Batalhão de Infantaria Paraquedista, um Grupo de Autometralhadoras, uma brigada de intervenção e uma brigada mecanizada, que ao todo contaram com 140 efetivos autorizados, tendo como missão integrar a Força de Reserva Tática da OTAN no Kosovo, força esta que tinha como missão intervir em distúrbios, garantir a segurança de infraestruturas chave e fazer demonstrações de presença, providenciando no processo apoio ao Estado maior e planeamento operacional (Gomes et al., 2019).

A partir de 2014 e até 2017, Portugal começaria a sua retração gradual do Kosovo, enviando as suas forças colocadas de forma faseada e colocando no terreno cerca de 20 efetivos, predominantemente oficiais do estado maior e observadores de modo a desempenhar funções de planeamento e apoio organizacional ao comando da KFOR enquanto simultaneamente facilitaram a retirada do contingente principal português (Silvestre et al., 2019).

Desde a retirada oficial do contingente português em 2017, Portugal mantém um contingente mínimo no teatro de operações, contudo este contingente não desempenha funções de combate mas sim de representação nacional no comando da missão, apoio diplomático-militar à OTAN, e funções de apoio e cuidados médicos tanto a militares da KFOR como a civis em casos especiais.

5.6. Análise do resultado da participação portuguesa na KFOR

Muito como no esquema definido ao longo desta dissertação, será feita agora a análise dos resultados da participação portuguesa na KFOR, começando pelos aspetos operacionais da participação.

Em termos de resultados no panorama operacional, as forças portuguesas colocadas no teatro de operações desempenharam as suas funções com sucesso, produzindo no processo um conjunto de aspetos benéficos para as forças armadas portuguesas. Através do envio sucessivo de destacamentos variados ao longo da operação, Portugal conseguiu testar e consolidar a prontidão operacional das forças armadas em casos de participação em operações internacionais, sendo que esta consolidação contribuiria para a modernização das forças armadas através de reestruturações, reforços doutrinários e treinos de interoperabilidade com membros da aliança. Adicionalmente, devido às nuances presentes bem como a exigência operacional consequente, as forças portuguesas colocadas usufruíram de uma experiência de aprendizagem consideravelmente complexa. Para além destes aspetos, há também que destacar a confiança operacional e louvor que as forças portuguesas

alcançaram graças à qualidade da sua prestação e profissionalismo, nomeadamente através do voto de confiança por parte do comando da KFOR aquando da integração da força nacional destacada portuguesa na reserva tática do comandante de operações em 2017, bem como os louvores provenientes da atuação de companhias portuguesas em operações de controlo de tumultos, patrulhamento e apoio logístico (MDN, 2015).

Abordando agora o panorama político-estratégico da participação portuguesa, é possível concluir que a participação portuguesa na KFOR não só coincidiu com os objetivos estratégicos definidos em termos de política externa portuguesa, mas funcionaram também como um ponto de viragem para o que seria a nova reputação e postura portuguesa relativamente a operações internacionais. Primeiramente, a participação em missões na ex-Jugoslávia como foi o caso da KFOR, viria a ser vista como um posicionamento a favor da europeização da política de defesa portuguesa, reforçando o papel de Portugal nos quadros da OTAN e da agora extinta União Europeia Ocidental culminando na afirmação de Portugal enquanto membro ativo e empenhado da OTAN num contexto pós-guerra fria (Português, 2013). Através desta afirmação por sua vez, a integração na KFOR desde o início da sua implementação, legitimaria a credibilidade de Portugal enquanto produtor regional de segurança no flanco sul da OTAN, algo benéfico para os interesses estratégicos portugueses em termos de política externa (Baltazar & Fonseca, 2017). Já em termos de compromissos europeus e transatlânticos, A presença portuguesa através de rotações frequentes bem como a chefia de setores e integração de oficiais das forças armadas na estrutura de comando da KFOR viriam a ser interpretadas não só como um compromisso político tangível para com a estabilidade europeia, mas também como um instrumento de soberania de serviço, um conceito que frisa a vontade portuguesa de contribuir ativamente para os objetivos coletivos da operação e da aliança.

5.7. Conclusões referentes à participação portuguesa na KFOR

De modo a concluir a análise deste caso, será feito agora um apanhado conciso da participação portuguesa na KFOR. Após a queda da Jugoslávia e guerras pela independência dos seus antigos territórios, bem como tensões étnicas e políticas ao longo de várias décadas entre a população sérvia e albanesa da região do Kosovo e uma campanha de repressão por parte do regime sérvio de Slobodan Milosevic, surgiram dois movimentos distintos em resposta, sendo estes o movimento pacifista LDK e o movimento militarizado ELK. A escalção para conflito aberto deu-se em 1998 com o massacre de Prekaz, provocando no processo uma crise humanitária que causaria não só um número catastrófico de baixas civis mas também um êxodo de cerca de 900 000

refugiados. De modo a tentar combater esta catástrofe de forma diplomática, organizações como a OSCE, OTAN, bem como um número de países tentaram mediar as tensões de forma pacífica através de esforços como a conferência de Rambouillet contudo estas tentativas não alcançaram o sucesso desejado, levando à operação Allied Force de 1999 por parte da OTAN, composta por uma campanha de bombardeamentos sob forças sérvias que apesar de suceder no seu objetivo, causou um número considerável de baixas civis, ação cujas críticas seriam enaltecidas pelo facto de ter sido uma operação executada sem mandato da ONU levantando várias questões relativamente à legitimidade da intervenção bem como o direito a autodeterminação de estados soberanos apesar da justificação humanitária da OTAN.

Após a operação, e através da resolução 1244 da ONU bem como mandato definido pela mesma organização, surgiria a KFOR com uma força inicial de cerca de 50 000 militares de 30 países com os objetivos de assegurar a paz e estabilização da região bem como a reconstrução do país em parceria com a UNMIK. As forças da KFOR depararam-se ao longo do decorrer da operação com um conjunto de desafios significativos, desempenhando frequentemente funções não só militares mas também de policiamento, administração civil e assistência humanitária, aspetos que marcariam esta operação de paz como uma de segunda geração. Portugal, enquanto membro da OTAN, cometeu efetivos das suas forças armadas desde a colocação inicial da KFOR no teatro de operações, destacando inicialmente a FNCK com 500 efetivos e respetivos meios de apoio, evoluindo mais tarde para vários contingentes rotativos de infantaria mecanizada, forças especiais, engenharia, transmissões e apoio médico e logístico. Entre 1999 e 2017, Portugal cometeu cerca de 8000 militares e elementos da GNR e PSP, num esforço acumulado que se tornaria o mais dispendioso em termos de participação em operações internacionais até à atualidade, movimentando um total de 223 milhões de euros. Assim ao longo da operação Portugal colocou no teatro de operações um conjunto variado de meios terrestres como viaturas táticas ligeiras blindadas, viaturas blindadas de transporte de pessoal e viaturas de apoio logístico que Portugal utilizou para desempenhar missões de patrulhamento, controlo de tumultos, apoio médico e logístico, demonstrações de força e formação das forças de segurança kosovares.

Em termos estratégicos e políticos, a participação portuguesa consolidou a imagem do país como um aliado credível de organizações como a OTAN e ONU e um produtor de segurança regional fiável no flanco sul da OTAN e da Europa. Esta participação representou também um ponto de viragem na política e doutrina de defesa nacional, transformando as Forças Armadas num instrumento ativo de política externa,

reforçando no processo o prestígio e interoperabilidade de Portugal enquanto membro da Aliança. A nível Operacional, a participação na operação provou-se um contributo valioso para a modernização e profissionalização das forças armadas, devido ao facto de ter permitido às forças portuguesas no teatro de operações, testar as suas capacidades e doutrinas operacionais bem como treinar com forças estrangeiras em cenários operacionais complexos. O desempenho das forças portuguesas por sua vez foi amplamente reconhecido, principalmente através de louvores oficiais pela disciplina e profissionalismo demonstrados. Assim, e num balanço final, a participação portuguesa na KFOR provou-se uma experiência decisiva em termos do amadurecimento estratégico e operacional português, combinando no processo eficácia militar e projeção internacional portuguesa enquanto um país parceiro, responsável e solidário da OTAN.

Capítulo 6. A participação portuguesa na MINUSCA (República Centro-Africana 2017-2025)

6.1. Contextualização do Conflito na República Centro-Africana (RCA)

De um ponto de vista histórico, e de forma algo semelhante aos casos anteriores, a RCA apresenta um percurso histórico algo complexo, particularmente após a sua independência em 1960, sendo que esta complexidade deriva primariamente de um conjunto de ruturas e instabilidade política, fragilidades institucionais e consequentemente uma incapacidade quase permanente do Estado de monopolizar o uso da força como forma de estabilização territorial. Como produto destes desafios, a história do país está forte e recorrentemente marcada por um número considerável de golpes de estado, regimes autoritários e conflitos internos que levariam à fragmentação do poder político entre as suas elites, sendo que tais elites têm um historial notável de recorrer a apoios externos de modo a tentarem se manter no poder, causando no processo um padrão de dependência externa e instabilidade crónica (Campos & Watanabe, 2021).

Produto da sua herança enquanto ex-colónia francesa, a combinação da exploração desigual dos seus recursos naturais como diamantes, madeira e petróleo, e da captura maioritária do aparelho de Estado por parte de redes de clientes altamente influentes, criaria as condições necessárias para que o próprio Estado fosse gradualmente “amputado” em termos das suas capacidades públicas essenciais (administração territorial, sistema de impostos, segurança, etc.) (Kam Kah, 2014). Simultaneamente grupos locais e regionais, através e como produto destas circunstâncias passariam a desenvolver e exercer um controlo direto das rotas, pontos de extração e meios de coerção alternativa dos recursos em questão. Assim, naturalmente, a mistura da dinâmica entre atores estatais frágeis e ineficazes e milícias armadas locais, transformaria disputas económicas, territoriais e de acesso a recursos em conflitos armados prolongados, caracterizados por crimes de guerra e números de baixas civis catastróficos (Campos & Watanabe, 2021).

Para além destes fatores, surge a instrumentalização da dimensão étnica e religiosa por parte de atores políticos e grupos armados associados, um método que reforça clivagens, desconfiança e tensão a nível local e que por sua vez alimentaria ciclos de vingança e deslocamento populacional por receio não só ao conflito em si mas também a ataques baseados nesse conceito de vingança (Campos & Watanabe, 2021).

Numa perspectiva cronológica, é importante notar que apesar de estes conflitos decorrerem com frequência ao longo da segunda metade do século XX, o período de escalção do conflito surgiria durante as primeiras décadas do século XXI, através da intensificação da combinação da fragilidade estatal e interesses externos já abordada, algo que alimentaria a proliferação de grupos armados cujos objetivos, motivações e ações misturariam agendas religiosas, económicas, territoriais e políticas. Através destas ações, nomeadamente os ciclos recorrentes de golpes e contragolpes, surgiria um vácuo de autoridade que seria gradual mas progressivamente ocupado por milícias, como é o caso do grupo Séléka no norte e centro, e as milícias Anti-Balaka noutras regiões do país (Campos & Watanabe, 2021). O pico desta ocupação e catalisador, contudo, de uma resposta internacional, surgiria quando Bangui, a capital da RCA seria tomada pelos Séléka, causando o subsequente colapso do governo e estruturas de governação ativa e exacerbando os episódios de violência intercomunitária e limpeza étnico-religiosa causando assim uma crise humanitária sem precedentes que levaria ao êxodo de centenas de milhares de deslocados internos e refugiados para os países adjacentes. Este fracasso por parte do Estado de proteger a sua população civil, bem como várias denúncias de atrocidades e receio da execução de genocídios viria a atrair atenção regional e internacional (Kam Kah, 2014), gerando em parte o precedente para uma intervenção desse calibre.

A outra parte deste precedente, tende a ser atribuída à natureza consequencial em termos regionais do conflito bem como à persistência da crise em si, dois fatores que se exacerbam de forma algo cíclica. Neste panorama regional, é possível compreender que os países vizinhos, e em particular os que formam fronteira direta com a RCA, desempenhariam papéis variados, em certos casos funcionando como mediadores, enquanto noutros como espaços de apoio e até refúgio para certos grupos armados, sendo que por vezes as rivalidades e dinâmicas transfronteiriças alimentariam fluxos de tráfego para material bélico, combatentes e recursos. Em termos de mediadores, organizações regionais como a Comunidade Económica dos Estados da África Central ou CEEAC e a União Africana ou UA entre outros parceiros internacionais fariam esforços consideráveis para mediar a crise, contudo estes esforços sofreriam de limitações logísticas e políticas que acabaram por limitar a eficácia das iniciativas regionais propostas, algo que por si também contribuiria para a necessidade de uma resposta multilateral liderada pela ONU (Grigoli, Júnior, & Pedra, 2024).

6.2. Análise da Intervenção Internacional na República Centro-Africana

A resposta internacional a esta crise manifestou-se de várias formas antes da implementação da MINUSCA, como foi o caso dos esforços da CEEAC e da UA como já mencionado, tal como a Operação Sangaris por parte do governo francês, contudo, de um ponto de vista geral, apesar de estas missões e operações, tais esforços provar-se-iam insuficientes para restaurar a paz de forma sustentável, tendo em conta a fragmentação dos diferentes grupos na região bem como as fragilidades das instituições nacionais em vigor (Campos & Watanabe, 2021).

Assim, sob pressão internacional bem como através de um pedido de apoio regional e multilateral, os esforços internacionais seriam transferidos da Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana ou MISCA, para uma missão de paz da ONU, que através da Resolução 2149 do Conselho de Segurança implementaria em 2014 a MINUSCA, tendo como mandato inicial num sistema de mandatos anuais funções de proteção de civis, facilitação de acesso humanitário, restauração de autoridade estatal, promoção e proteção de direitos humanos, e apoio a processos de diálogo e reconciliação (MDN, 2023). De modo a cumprir estas funções, a operação disporia de uma natureza multidimensional, ou seja, faria um uso articulado de forças militares e policiais internacionais, bem como componentes civis de modo a conseguir lidar de forma eficaz com o que era efetivamente um teatro de operações onde como já compreendido, a violência se expressa através de uma panóplia de atores e motivações.

Há que notar também que em simultâneo ao decorrer desta operação, a União Europeia participaria no esforço internacional através da Missão de Formação da União Europeia na República Centro-Africana, na qual forças destacadas desempenhariam funções de aconselhamento estratégico, treino e educação de autoridades e forças de segurança da RCA, contudo para efeitos de linearidade e consistência temática, o foco deste capítulo será mantido predominantemente no caso da MINUSCA.

Composta inicialmente por um contingente de cerca de 10000 militares, incluindo cerca de 1800 elementos policiais e tendo até à data colocado no teatro de operações 18 625 militares e sofrido 216 baixas, esta missão provar-se-ia particularmente desafiante devido a um conjunto de fatores predominantemente operacionais, sendo que as forças destacadas se deparariam com limitações logísticas exacerbadas pelas deficiências da infraestrutura centro-africana, dispersão assimétrica de grupos armados por áreas rurais de grande dimensão, necessidade de coordenação

com atores humanitários e regionais e instrumentalização de combatentes destes grupos armados por interesses externos. Para além destes fatores, a operação lidaria com novas complexidades políticas e de segurança no teatro de operações devido à presença e operação de forças mercenárias e empresas militares privadas na região (Campos & Watanabe, 2021).

6.3. O papel de Portugal enquanto integrante na MINUSCA

Enquanto integrante da ONU, e mais precisamente enquanto participante estabelecido em operações de paz da organização, Portugal iniciaria formalmente a sua participação na operação em janeiro de 2017 após deliberação do Conselho Superior de Defesa Nacional ou CSDN, e autorização por parte do governo português expressa através da Portaria número 29 de 2017 do Ministério da Defesa Nacional. Assim, o comando português colocaria no terreno, na sua fase de posicionamento inicial, um contingente autorizado de até 160 militares por um período inicial de um ano com rotação e mandato renovável. Sediada na capital de Bangui, a unidade de escalão companhia portuguesa seria composta por uma companhia de infantaria a operar enquanto FRR, complementada por elementos portugueses no quartel-general da operação portuguesa (MDN, 2017). Através desta estrutura, o contingente português disporia de autonomia logística e de sustentação, tendo assim a capacidade de operar em qualquer área de alto risco do teatro de operações de forma eficaz, fossem estas zonas rurais ou urbanas (Medeiros, Cardoso, & Soares, 2018).

Até à data, Portugal já cometeu pelo menos 755 militares distribuídos por efetivos em regime de rotação de várias unidades portuguesas, desde infantaria e infantaria paraquedista, destacamentos do estado maior até destacamentos de apoio logístico, equipas de controlo aéreo avançado e equipas da Guarda Nacional Republicana e Polícia do Exército. Em termos de meios, Portugal enviaria armamento ligeiro e sistemas de comunicações necessários para a execução das missões e cometeria ainda viaturas blindadas de rodas *Pandur II*, Viaturas ligeiras *HMMV M1025* e *Land Rover Defender* bem como viaturas de apoio logístico *Unimog U1700L*.

Esta participação, encaixou-se num contexto mais vasto de segurança cooperativa, algo previsto no Conceito Estratégico Militar de 2014. O contexto em questão, prevê a contribuição de forças portuguesas em operações de paz e humanitárias, uma orientação que se enquadra no reforço da presença nacional decidido pelo CSDN enquanto resposta direta ao pedido de apoio por parte do estado francês após os atentados de Paris de 2015 (Sousa, et al. , 2018).

Assim, as forças portuguesas executariam missões proteção de civis, segurança de infraestruturas, reconhecimento, apoio a outras missões da MINUSCA e como já mencionado ações enquanto FRR. Entre estas missões, há que destacar as operações de cerco e busca em Bambari bem como estabelecimento de segurança de campos de deslocados em Alindao e o controlo de Bangassou, tarefas estas que requerem elevada mobilidade e uma capacidade de resposta imediata a ocorrências violentas (Medeiros, Cardoso, & Soares, 2019). Esta participação, considerada de elevado risco devido às missões executadas dada a complexidade operacional e ameaça de conflito recorrente, seria reconhecida pelo Relatório Anual de Participação de Militares Portugueses em Missões Internacionais de 2023 como o maior empenhamento externo português em curso, algo que reflete fortemente o compromisso nacional para com a ONU (MDN, 2023).

6.4. Análise Estratégica da Participação portuguesa na MINUSCA

A nível estratégico, a participação portuguesa na MINUSCA assentaria nos mesmos três princípios já abordados sendo estes: o cumprimento dos compromissos internacionais de manutenção da paz e cooperação internacional para com organizações como a OTAN e neste caso a ONU; a afirmação de Portugal enquanto parceiro relevante e produtor de segurança cooperativa a nível internacional e por fim o reforço das capacidades militares portuguesas através de experiência operacional real em teatros de operação complexos (Medeiros, Cardoso, & Soares, 2018). No espírito de consistência para com estes princípios, o enquadramento político-estratégico definido pelo Ministério da Defesa Nacional decorreria do Conceito Estratégico de Defesa Nacional bem como do Conceito Estratégico Militar, conceitos estes que preveem que a contribuição de forças nacionais para estas operações reforça a capacidade de projeção das forças portuguesas em teatros de operações desafiantes sendo que desta forma, e através da sua presença na RCA, Portugal representa não só um compromisso ao seu dever internacional, mas beneficia de uma oportunidade de consolidação das suas capacidades de interoperabilidade e modernização operacional (Medeiros, Cardoso, & Soares, 2019). Adicionalmente o compromisso de apoio à operação na RCA demonstra fortemente o empenho e solidariedade português no que toca a assistir um país que apesar de não pertencer à CPLP é um país que faz parte de organizações regionais e internacionais da qual países membros da CPLP também fazem parte, demonstrando no processo que Portugal faz questão de apoiar, não só os países com a qual tem ligações diretas, mas também os países com a qual tem ligações indiretas.

Para além destes fatores, em termos de cooperação operacional, a estratégia nacional de participação privilegia a sinergia entre missões da MINUSCA e da EUTM-RCA, uma abordagem que complementa as operações de estabilização regional com os esforços de treino e formação das Forças Armadas centro-africanas, estando estas sob o comando do Brigadeiro-general português Hermínio Teodoro Maio desde 2018, um fator que reforça a credibilidade portuguesa e a coerência da sua ação externa no continente africano.

6.5. Análise da operacionalização da participação portuguesa na MINUSCA

Agora, e de acordo com o esquema de análise e abordagem empregue nos casos anteriores, será feita uma abordagem dos efetivos colocados no teatro de operações da MINUSCA de modo a melhor compreender que forças em específico participaram na operação e que funções desempenharam.

Começando por 2017, ano de início da participação, Portugal enviaria um efetivo autorizado de até 160 militares, composto por uma companhia de infantaria composta primariamente por elementos de dois regimentos de infantaria portuguesa bem como membros de um grupo de artilharia de campanha. Estes elementos seriam acompanhados por elementos de estado maior para atuar no quartel-general da MINUSCA em Bangui, sendo que esta companhia desempenharia funções de FRR, patrulha, proteção de civis, segurança de infraestruturas, apoio à EUTM-RCA (MDN, 2017).

Seguidamente, entre 2018 e 2019, Portugal enviaria um novo efetivo autorizado de 150 militares, sendo que parte destes militares seriam enviados para a rotação anual da companhia de infantaria colocada para funções de FRR. Adicionalmente Portugal enviaria um destacamento de Apoio de Serviços, uma equipa de polícia militar, novos elementos de ligação ao Estado Maior da MINUSCA e um elemento de controlo aéreo avançado por parte da força aérea portuguesa. Estes efetivos desempenhariam funções de patrulhamento, vigilância na capital, apoio logístico, evacuação médica e segurança dos corredores humanitários (MDN, 2018).

Posteriormente, entre 2020 e 2021, seria autorizado um novo efetivo de 145 a 155 militares, que para além da rotação habitual da companhia de infantaria enquanto FRR, seria composto por um destacamento de logística e transporte, uma nova equipa

de controlo aéreo avançado, novos elementos de Estado Maior e uma secção de engenharia ligeira. Estas forças tiveram como funções proteção de civis, operações de busca e neutralização em Bambari e Alindao, vigilância de campos de deslocados e apoio aéreo coordenado com os restantes elementos da MINUSCA (MDN, 2020).

Já entre 2022 e 2023 o contingente autorizado, composto por 150 militares tornar-se-ia uma força de dimensão definida e estabilizada enquanto rotação regular, sendo composta pela típica rotação da companhia de infantaria para funções de FRR, acompanhada por uma rotação do destacamento logístico, elementos do comando operacional da MINUSCA, controlo aéreo avançado e uma nova equipa de ligação à EUTM-RCA comandada pelo oficial general Hermínio Maio. Este contingente por sua vez desempenharia missões de segurança e estabilização na capital e em Bambari, reforço da interoperabilidade para com contingentes ruandeses e camaroneses e apoio direto à EUTM-RCA (MDN,2023).

Por fim, entre 2024 e 2025, foi autorizado um efetivo de 210 militares, sendo este composto pela recorrente companhia de infantaria para o desempenho de funções de FRR, bem como um módulo conjunto de informações integrado na FRR, 6 militares para o comando adjunto da operação e 9 militares para o quartel-general da operação (MDN, 2025).

6.6. Análise do resultado da participação portuguesa na MINUSCA

Nesta secção, será feita uma breve análise do resultado da participação portuguesa na MINUSCA, abordando a parte político-estratégica e a parte operacional da participação portuguesa. Deve ser tomado em consideração contudo que à data da composição desta dissertação, tanto a MINUSCA como a participação portuguesa na Operação continuam em vigor, contudo, através do que é conhecido até agora, é possível extrair um conjunto de conclusões concretas.

Começando pela dimensão operacional, até à data, Portugal tem se destacado pela sua eficácia e profissionalismo, especialmente enquanto FRR. É evidente que a experiência acumulada em operações anteriores se provou essencial para a performance das forças portuguesas colocadas no teatro de operações. Esta performance inclusivamente e como já mencionado nesta dissertação, elogiada pelo Tenente-General Balla Keita, comandante da MINUSCA (Keita, 2018), é apenas um exemplo da eficácia portuguesa ao longo das missões atribuídas. Adicionalmente deve

ser notado que até à data, e mesmo após várias missões em áreas de alto risco, não houve uma única baixa entre os militares do contingente português, algo particularmente impressionante considerando a natureza das missões na qual participaram bem como em casos de emboscadas como a que um comboio de viaturas português sofreu uma emboscada por parte de grupos armados, instância agora famosa e documentada que complementaria as noções relativamente às capacidades das forças portuguesas. Todos estes fatores, combinados com as experiências de cooperação em missões, treinos e trabalho conjunto com forças de outros países que participaram na operação, apenas amplificam o leque de capacidades e competências das forças portuguesas no que toca a operar em ambientes hostis e operacionalmente desafiantes.

Abordando agora a dimensão político-estratégica da missão, a participação portuguesa tem se provado benéfica para os interesses de política externa portuguesa. Através da participação nesta operação, como em outras do género, Portugal tem mantido até à data os seus compromissos para com a ONU, a RCA e os restantes países participantes. A sua participação ativa, mais uma vez demonstra a sua consistência e dedicação enquanto membro da comunidade internacional, apoiante dos direitos humanos e causas humanitárias e ainda produtor competente e eficaz de segurança regional em operações multidimensionais multilaterais. Mais uma vez, esta competência e eficácia prova-se benéfica para a reputação de Portugal nos quadros das operações de paz e da segurança coletiva.

6.7. Conclusões referentes à participação portuguesa na MINUSCA

O contexto da RCA até à implementação da MINUSCA revela um estado de fragilidade estrutural crónica, fortemente marcado por décadas de instabilidade política, fragmentação de poder, instrumentalização de clivagens religiosas e exploração predatória dos recursos naturais do país por parte de interesses externos. Produto destes fatores, bem como a incapacidade do estado centro-africano de garantir segurança e governação efetiva, culminou num colapso institucional, humanitário e securitário que exigiu uma resposta internacional articulada. Assim, neste ambiente e após um conjunto de esforços internacionais insuficientes, a criação da MINUSCA sob mandato da ONU representou um esforço multilateral e multidimensional com o intuito de restaurar a autoridade estatal centro-africana, proteger os seus cidadãos e criar condições mínimas e estabilidade suficiente para combater a crise humanitária em vigor no país. Face ao compromisso português com a ONU, Portugal integraria formalmente a missão em 2017, afirmando-se como um parceiro ativo nos esforços de manutenção da paz global. Através do destacamento de FRR, equipas logísticas,

elementos do Estado-Maior e grupos de apoio aéreo, o contributo de Portugal refletiu não só um cumprimento dos seus compromissos internacionais assumidos para com a ONU e da União Europeia, mas mostrou também a vontade e dedicação portuguesa de consolidar uma estratégia nacional de segurança cooperativa. Através do seu empenho e participação, as forças portuguesas demonstraram um elevado grau de competência e adaptabilidade num teatro de operações altamente volátil em contextos de elevada ameaça. A nível operacional, a participação portuguesa destacou-se pelo profissionalismo, disciplina e eficácia das suas forças no terreno, sendo reconhecidas internacionalmente pela sua capacidade de atuação sob pressão, sem registo de baixas, e pela sua capacidade de interoperabilidade e cooperação com contingentes de outros países (Dias & Freire, 2021). Adicionalmente a sua experiência acumulada reforçou o treino, coesão e prontidão das Forças Armadas Portuguesas, consolidando-as como uma força moderna, apta para operar em ambientes operacionalmente complexos e capaz de projetar poder e capacidade de controlo do teatro de operações em teatros externos.

Já em termos políticos, esta participação contribuiu para a projeção internacional de Portugal enquanto produtor de segurança e promotor de estabilidade internacional, reforçando no processo a sua credibilidade enquanto membro da ONU bem como entre os seus parceiros europeus e africanos. Adicionalmente, a sinergia alcançada por Portugal quer para com a MINUSCA, quer para com a EUTM-RCA, particularmente sob comando português, reforçou a coerência e visibilidade da ação externa nacional.

Assim, é possível compreender que a presença portuguesa na MINUSCA se traduz numa conjugação equilibrada e otimizada de pragmatismo e compromisso, sendo estes pragmatismos na valorização das suas capacidades militares e de interoperabilidade nacional, e compromisso na defesa dos valores universais de paz, segurança e direitos humanos num contexto de cooperação internacional. Desta forma é possível compreender que Portugal não só esteve à altura de responder a uma exigência global de solidariedade e responsabilidade partilhada, mas consolidou no processo a sua posição enquanto ator credível e relevante no domínio das operações de paz.

Capítulo 7. Conclusão: Comparação, Discussão e Considerações Finais

7.1. Comparação dos casos analisados

Após uma abordagem compreensiva da participação portuguesa na ISAF, KFOR e MINUSCA respetivamente, será conduzida agora uma discussão das conclusões alcançadas relativamente não só às Operações em si, mas também em termos da sua relação com a política externa portuguesa de modo a responder às Questões de investigação inicialmente definidas sendo estas: “Qual a relevância estratégica da Participação portuguesa em Operações de Paz?”; “Que papel desempenha Portugal nas Operações de Paz?” e “Que diferenças ao nível operacional e dos resultados têm sido alcançados por Portugal nestas missões?”

Em termos das análises conduzidas, será feito uma comparação dos resultados de cada caso sendo que estas comparações serão segmentadas com base em cada eixo de análise empregue.

Começando pela análise da resposta internacional a cada caso, é possível compreender que a resposta internacional foi elaborada de modo a corresponder às necessidades de cada crise. A ISAF, criada em 2001 pela ONU e posteriormente liderada pela OTAN, teve como objetivo estabilizar e apoiar a reconstrução do Afeganistão após a OEF por parte dos EUA através de operações de segurança e treino das forças locais, enfrentando contudo forte resistência por parte de grupos insurgentes bem como desafios de coordenação devido à sua estrutura e operação. No caso da KFOR, a mesma foi estabelecida em 1999 após a intervenção militar da OTAN no Kosovo sem mandato da ONU, sendo que o foco da operação se manteve na manutenção da paz e reconstrução pós-conflito, assumindo no processo funções civis e policiais num território devastado por guerra, crimes contra a humanidade e um êxodo da população local. No caso da MINUSCA, a operação foi criada e implementada em 2014 pela ONU, com o intuito de restaurar a autoridade estatal e proteger a população civil na RCA operando num teatro de operações marcado por fragmentação, violência e limitações logísticas extremas. Assim, através destas diferenças é possível concluir que enquanto a ISAF refletiu uma operação de contrainsurgência, a KFOR provou-se uma operação de estabilização pós-guerra e a MINUSCA operou como uma resposta multidimensional a uma crise humanitária complexa.

Enquanto participante nestas missões, e muito como foi o caso da resposta internacional, Portugal adaptou a sua participação de modo a corresponder aos

requisitos de cada operação sendo que é possível notar uma evolução no empenhamento nacional em operações de paz. No caso da ISAF, Portugal contribuiu com cerca de 3200 militares bem como diversos meios aéreos e terrestres, executando missões de contrainsurgência, segurança do aeroporto de Kabul, apoio logístico e médico e ainda treino das forças de segurança afegãs. Para a KFOR, Portugal faria do seu envolvimento o mais dispendioso e extenso, cometendo mais de 8000 militares bem como vários meios terrestres ao longo dos anos, sendo que os participantes desempenharam funções de patrulhamento, segurança e apoio às novas forças de segurança kosovares, num esforço coletivo sob o comando da OTAN. No que toca à MINUSCA Portugal iniciou a sua participação em 2017 com um contingente rotativo de cerca de 160 militares, operando enquanto FRR e desempenhando missões de proteção de civis e estabilização num dos teatros mais desafiantes entre as operações da ONU.

Passando agora para a comparação estratégica da participação portuguesa nestas operações, a participação nestas operações evidencia uma consistência assente em três objetivos centrais que por sua vez coincidem com os três eixos da política externa portuguesa sendo que estes objetivos são a afirmação internacional, o cumprimento de compromissos multilaterais e desenvolvimento das capacidades militares. Em termos de política externa é possível notar que na sua participação na ISAF, Portugal procurou afirmar a sua credibilidade como parceiro da OTAN, apostando numa doutrina de qualidade e adaptabilidade operacional, valorizando o treino, a interoperabilidade e o profissionalismo em contextos de risco elevado, fatores que se alinham com as prioridades de cooperação internacional com a OTAN características do eixo transatlântico. Seguidamente e com a KFOR é possível detetar uma instrumentalização da participação como instrumento de política externa e projeção de poder derivativo sendo que através da combinação destes fatores bem como da consolidação da experiência tática e cooperação civil-militar numa operação em solo europeu, surgem os alicerces do eixo europeu da política externa portuguesa. Na participação na MINUSCA, é possível compreender que Portugal reforçou a sua orientação estratégica sob a égide da ONU, afirmando-se como um produtor de segurança cooperativa e beneficiando de experiência operacional real, sendo que ao mesmo tempo consolidou a sua credibilidade internacional através da coordenação entre a MINUSCA e EUTM-RCA sob comando português demonstrando não só coerência e modernização, mas também solidariedade com países parceiros de países membros da CPLP, alinhando-se indiretamente com o eixo lusófono da política externa portuguesa.

Em termos de operacionalização, e como já afirmado, Portugal optou por enviar forças e meios adaptados às necessidades operacionais, sendo possível observar

diferentes graus de envolvimento mediante as exigências de cada conflito. Na ISAF, Portugal distribuiu os militares cometidos por 12 destacamentos com funções variadas, desde apoio médico, logístico, aéreo e de treino de força de segurança até equipas de controlo aéreo avançado e FRR, demonstrando elevada flexibilidade e capacidade de interoperabilidade num ambiente de contrainsurgência. Na KFOR, devido à duração da operação, a atuação foi mais prolongada e gradual, sendo que Portugal integrou forças conjuntas de infantaria, forças especiais, engenharia e logística, executando missões de patrulha, controlo populacional e treino de forças de segurança e mais tarde mantendo apenas um contingente de assessoria. Já no caso da MINUSCA o empenho de forças consistiu predominantemente por companhias de infantaria em funções de FRR, apoio logístico e coordenação, refletindo uma abordagem moderna, expedita e multidimensional que ilustra a aprendizagem prática no resto das operações de paz em que Portugal participou.

Por fim fazendo uma comparação dos resultados da participação, foi possível alcançar um conjunto de conclusões. A participação nestas operações demonstra um padrão de sucesso operacional e credibilidade internacional de Portugal, ainda que em contextos distintos. Na ISAF, apesar do contingente limitado, as forças portuguesas destacaram-se pelo seu profissionalismo, eficácia e interoperabilidade, sendo elogiadas por aliados da OTAN e reforçando a imagem de Portugal como produtor de segurança internacional, embora com baixas registadas. Na KFOR, a participação teve igualmente resultados positivos, consolidando a prontidão e modernização das forças armadas e projetando Portugal como parceiro credível no quadro europeu e atlântico, algo que contribuiu para a sua afirmação enquanto ator relevante na segurança regional pós-Guerra Fria. Por fim no caso da MINUSCA o desempenho português, e especialmente o das FRR foi amplamente reconhecido pela sua eficácia e ausência de baixas, confirmando o elevado nível de profissionalismo, prestígio e maturidade operacional adquirida em missões anteriores, reforçando em simultâneo a reputação de Portugal na ONU bem como o seu compromisso com o multilateralismo e a segurança cooperativa.

7.2. Discussão das conclusões alcançadas

Com esta comparação feita, é importante recordar, a pertinência do tema desta dissertação. Dado o clima instável atual e volatilidade da segurança e estabilidade de vários países, bem como as consequências potencialmente catastróficas dessa

volatilidade, a necessidade de organizações internacionais como a ONU e OTAN terem a capacidade de responder a cenários de crise e conflito é evidente, não só por motivos humanitários, mas por motivos de estabilidade, cooperação e solidariedade internacional. Para tal, e dada a natureza multidimensional de tais organizações, bem como o papel que desempenham no teatro internacional, está no interesse de pequenas potências como Portugal, fazer parte de tais organizações pelos benefícios que elas apresentam. Contudo, devido à natureza cooperativa das mesmas, é diretamente do interesse de Portugal, enquanto ator internacional, direcionar a sua política externa num caminho de cooperação e empenho para com tais organizações, levando assim ao tema desta dissertação, a participação em Operações de Paz.

Com esta informação acumulada será feita agora a resposta às questões de investigação. Começando pela questão de investigação “Que papel desempenha Portugal nas Operações de Paz?”, através da análise dos três casos abordados, é evidente que a participação portuguesa em operações de paz é historicamente uma participação ativa, recorrente e empenhada. Apesar de existirem apoiantes e críticos do conceito bem como da eficácia das mesmas, o balanço geral é que as regiões afetadas, se não num período duradouro, como foi o caso do Afeganistão, pelo menos durante o período ativo da duração da missão, bem como o período imediatamente a seguir, podem ser consideradas como em algo melhores condições do que o estado de crise em que muitos dos países na qual estas operações ocorrem se encontravam. Claro que todos os casos são sujeitos a uma panóplia de circunstâncias e condicionantes, contudo o consenso e relatos da atuação de operações de paz demonstram esforços genuínos por parte das operações de combater as crises em vigor, tentar impor um estado de segurança para as populações civis, providenciar apoio humanitário e munir as populações com as ferramentas necessárias para uma reconstrução.

É evidente que a própria atuação das missões de paz não é infalível e existem múltiplos relatos de acidentes, falhas e desafios consideráveis que em certos casos tendem a manchar parcialmente a imagem e credibilidade de certas operações, contudo há que notar que de um ponto de vista estratégico e operacional, coordenar e executar operações de paz com sucesso e alcançar resultados duradouros tende a provar-se um desafio monumental. Este desafio, tende a manifestar-se de várias formas, sendo algumas delas o contexto sociopolítico da região do teatro de operações, a ação de atores externos com intenções que não se alinham com os objetivos humanitários nem securitários de certas operações e das organizações que as executam e até dificuldades logísticas, organizacionais ou mesmo derivadas do clima operacional. Em termos operacionais a execução de uma operação de paz prova-se de forma algo recorrente um

tipo de missão particularmente complicada derivada a fatores como guerra de guerrilha ou assimétrica, conflitos com a população local, falta de meios ou complicações relacionadas com as regras de engajamento ou até ineficácia de comunicações entre oficiais e responsáveis pelas missões. Contudo, quando as forças colocadas conseguem executar os seus objetivos de forma eficaz e em certos casos até operar de forma consistente e corretamente coordenada, os benefícios humanitários de tais operações tendem a ser justificados. No caso de Portugal, a prestação portuguesa tende a ter um impacto particularmente positivo, como foi possível testemunhar em casos como o Kosovo e a RCA, que apesar de ainda terem missões em curso, após num dos casos 26 anos de operação e no outro 15 anos de operação, encontram-se num estado muito mais estável que antes das respetivas intervenções. Aqui é possível notar um dos princípios que tendem a levar Portugal a participar em operações de paz, sendo este o compromisso de Portugal para com os direitos humanos, a liberdade e a segurança. Tal compromisso, evidente e recorrente aquando de qualquer ponderação feita por parte de Portugal acerca de participar em operações de paz, evidencia que apesar de as suas motivações para participar em operações de paz serem variadas, os seus princípios morais estão presentes.

Portanto em termos do papel que Portugal desempenha em operações de paz, o mesmo desempenha um papel de promotor ativo dos direitos humanos, solidariedade, segurança cooperativa, estabilidade e da paz, nomeadamente através da garantia e manutenção de segurança a nível regional de modo a criar um ambiente seguro para as populações afetadas.

Relativamente à questão de investigação “Qual a relevância estratégica da Participação portuguesa em Operações de Paz?”, é possível notar três benefícios consideráveis que a participação de Portugal em operações de paz traz à política externa portuguesa. Com base nas informações adquiridas e na análise feita ao longo desta dissertação, é possível compreender que primeiramente esta participação se alinha com os três eixos estratégicos da política externa portuguesa, alimentando relações e parcerias internacionais e institucionais benéficas para Portugal. Oferece às forças portuguesas oportunidades não só de aquisição de experiência real e altamente valiosa para o aprimoramento das capacidades operacionais portuguesas em vários teatros de operações e tipos de conflitos, mas também desenvolve as capacidades de interoperabilidade entre as forças portuguesas e as forças militares de países parceiros, algo valioso em termos de parcerias de defesa e até reputação das forças armadas portuguesas, sendo que esta reputação coincide com um outro benefício. Este outro benefício refere assim à reputação de Portugal como um produtor de defesa regional e membro dedicado e respeitável da OTAN, com capacidades de projeção de força e

poder sólido e competente pois apesar de Portugal dispor de uma capacidade militar mais limitada do que outros países em termos de dimensões, demonstra a qualidade e profissionalismo de cada membro, uma doutrina cada vez mais apelativa aos olhos de outros países parceiros que procuram investir no profissionalismo das suas forças armadas.

Quanto à terceira questão de investigação, ou seja, “Que diferenças ao nível operacional e dos resultados têm sido alcançados por Portugal nestas missões?” é possível, especialmente através da comparação da operacionalização e resultados das participações, compreender que Portugal tende a desenvolver as suas forças e abordagem não só para alcançar os melhores resultados possíveis em teatros de operações complexos e de alto risco, mas marcam-se como forças exemplares e exímias, destacando-se pela sua alta performance e profissionalismo, e recebendo no processo vários elogios e louvores. Este aprimoramento constante leva em certos casos, como no da MINUSCA, a que as unidades portuguesas e mais especificamente elementos das forças especiais portuguesas se tornem a preferência pelo comando de operação para executar as tarefas mais desafiantes de modo a alcançar os melhores resultados com uma taxa de mortalidade mínima.

7.3. Considerações Finais

Por fim, após comparar os casos analisados e responder às questões de investigação, serão feitas um conjunto de reflexões acerca da dissertação e da temática em si.

Primeiramente deve ser definido, que este estudo tem naturalmente as suas limitações. Após esta abordagem, é fácil compreender que a temática das Operações de Paz, e especialmente quando relacionada com a política externa portuguesa, pode ser considerada relativamente pequena ao lado da dimensão colossal da área das relações internacionais, contudo não deixa de ser enorme por si, sendo que devido ao facto de abordar eventos históricos vastamente complexos e em todos os casos não perfeitamente documentados, é por si uma sub área das relações internacionais enormíssima, e não é possível abordá-la na sua totalidade numa dissertação, sendo que até em termos metodológicos, existem muitas outras formas de recolher e processar o tipo de informação disponível no tema. Adicionalmente, dadas as limitações de acesso a documentação operacional, tática e estratégica relacionada com estas operações, nomeadamente por motivos de confidencialidade, é natural que a informação tenha sido compilada através da ligação de dados de inúmeras fontes sendo que a forma mais apropriada de documentar esta combinação de temas corretamente requer acesso

especializado, algo que não é por si comum. Assim, recomenda-se vivamente que, com as devidas autorizações, este tema seja mais profundamente explorado através de tais documentações, de modo a contribuir para o conhecimento geral acerca da temática.

Numa nota mais geral, as respostas apresentadas neste trabalho, apesar de simples realçam a importância que a participação nestas operações traz à política externa portuguesa, nomeadamente em termos da projeção internacional, sendo que, prova-se um exemplo de um fenómeno que não é único, sendo empregue por outros países com condições e dimensões semelhantes, sendo este o caso de vários países da Europa no caso de missões da OTAN, e vários países de outros continentes no caso de missões da ONU. Esta projeção contudo, não deve ser vista como limitada a operações de paz, dado que Portugal se envolve em iniciativas internacionais variadas, desde exercícios navais, esforços humanitários, iniciativas internacionais, cyber defesa etc. Com o advento das guerras híbridas e o período tumultuoso que se parece aproximar, a vontade de um país de estar capaz e ativo em todas as frentes passou de ser uma preocupação fictícia, para uma muito real.

Referências

- Abreu, C. (4 de 12 de 2014). *Homenagearam-se os mortos. Honraram-se os vivos: Forças Armadas assinalam encerramento da participação nacional na ISAF, a missão da NATO no Afeganistão*. Obtido de Expresso: <https://expresso.pt/politica/homenagearam-se-os-mortos-honraram-se-os-vivos=f901283>
- Adair, J. (29 de 03 de 2011). Leading from the Center: General Stanley McChrystal's Quest to Establish a Multinational Counterinsurgent Force in ISAF- A Case Study in Operational Command. *Master of Military Studies Research Paper*, p. 1;28.
- Allied Joint Publication. (2001). Chapter 4 - Nato Decision Making And Planning Considerations For Peace Support Operations. *Ajp-3.4.1 - Peace Support Operations*, pp. 4-5;4-11;.
- Arun, K. (2014). Kosovo Force (KFOR) Organization Image: Empirical Research On Kosovo Security Forces (Ksf). *Dokuz Eylül Üniversitesi Sosyal Bilimler Enstitüsü Dergisi Cilt: 16, Sayı: 4, Yıl: 2014*, pp. 537-558.
- Baltazar, M., & Fonseca, D. (2017). As Forças Armadas, A Estratégia da Presença Internacional e as Informações Militares. *Revista Militar*, (2583), pp. 1-20.
- Barroso, L. (Setembro de 2024). As «novas operações de apoio à paz» e Portugal de apoio à paz» e Portugal O papel do ensino militar. *Relações Internacionais Setembro : 2024* 83, p. 043-061.
- Bernardino, L. (Dezembro de 2021). O paradigma do Flanco Sul da nato e a relevância geoestratégica para Portugal. *Relações Internacionais Dezembro : 2021*, p. 72.
- Branco, C. (Setembro de 2015). A Participação Portuguesa Em Missões De Paz Da Onu. *Relações Internacionais Setembro : 2015*, p. 115.
- Branco, C. (2022). A Participação das Forças Armadas Portuguesas em Operações de Apoio à Paz. *Políticas Públicas de Defesa. Lisboa: Instituto da Defesa Nacional*, p. 335-374.
- Brian F. Neumann, C. J. (2020). *Operation Enduring Freedom, May 2005-January 2009*.
- Budding, A. (1998). Systemic Crisis and National Mobilization: The Case of the "Memorandum of the Serbian Academy". *Harvard Ukrainian Studies, Vol. 22, Cultures and Nations of Central and Eastern Europe*, pp. 49-69.
- Cabrita, C. (2019). O vector transatlântico da política externa portuguesa. Em J. Pavia, *Política externa portuguesa contemporânea* (pp. 145-174). Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Campos, L., & Watanabe, A. (2021). O Conflito Na República Centro-Africana. *Dossiê De Conflitos Contemporâneos Vol. 2, N. 2,*, pp. 35-44.
- Cardoso, N. (2014). *International Security Assistance Force - Portugal - 12 anos de participação na ISAF*.
- Carroll, M. (Junho de 2005). From Peace (Keeping) To War: The United Nations And The Withdrawal Of Unef. *Middle East Review of International Affairs, Vol. 9, No. 2*, pp. 72-93.
- Dias, V. A. (Junho de 2023). O contributo português nos 20 anos de intervenções internacionais militares no Afeganistão (2001-2021). *Relações Internacionais Junho : 2023* 78, pp. 005-016.
- Dias, V. A., & Freire, M. R. (2021). A participação de Portugal em missões internacionais e a concretização do interesse nacional: tendências, retorno político e recomendações. *E-Briefing Papers*, pp. 1-16.
- Dias, V. A., Freire, M. R., & Barradas, J. R. (Agosto de 2021). A Participação de Portugal em Missões Internacionais como Eixo Estratégico de Política Externa. *Nação e Defesa N.º 159*, pp. 119-150.
- Dso, G. D. (24 de Abril de 2007). Examination of Witness (Questions 260-279). (S. C. Defence, Entrevistador)

- Durward, R. (Setembro de 2006). Security Council Authorization for Regional Peace Operations: A Critical Analysis. *International Peacekeeping*, Vol.13, No.3, pp. 350-365.
- Esser, F. (Fevereiro de 2017). Comparative Research Methods In Mass Communications. An Overview. *International Encyclopedia of Communication Research Methods*, pp. 4-5.
- Esser, F., & Vliegenthart, R. (2017). Comparative Research Methods In Mass Communications. An Overview. *International Encyclopedia*, pp. 9-10.
- Fergusson, J., & Hughes, R. G. (2019). ‘Graveyard of Empires’: Geopolitics, war, and the tragedy of Afghanistan. *Intelligence and National Security*, 34(7), pp. 1070-1084.
- Ferreira, J., & Dias, P. (1951). *História de Portugal*. Lisboa: Verso da Kapa.
- Folse, M. (2004). *Operation Enduring Freedom : October 2001-March 2002*. Washington, D.C.: U.S. Army Center Of Military History.
- Fuduli, J. (2002). Chapter IV Kosovo’s Political Evolution. Em L. K. Wentz., *Lessons From Kosovo: The KFOR Experience* (pp. 65-66). DoD Command and Control Research Program.
- Gama, J. (1997). A Política Externa. *Curso de Defesa Nacional(CDN/97)*, (pp. 48-49). Instituto da Defesa Nacional, Lisboa.
- Garcia, F. P. (2008). A Participação Portuguesa nas Missões Militares: Iraque, Afeganistão e Líbano. *Nação e Defesa Outono-Inverno 2008 N.º 121 - 3.ª Série*, pp. 198-199.
- Gomes, D. F., Soares, J. L., Martins, V. M., & Cunha, S. C. (Outubro de 2019). A Sustentação De Uma Força Nacional Destacada. *Cadernos do IUM N.º 38*, p. 151.
- Grigoli, G., Júnior, M., & Pedra, D. (2024). Challenges and perspectives for humanitarian logistics: a comparative study between the Democratic Republic of Congo, the Central African Republic and the Republic of South Sudan. *Journal of Humanitarian Logistics and Supply Chain Management*, pp. 384–398.
- Haines, S. (2009). The influence of Operation Allied Force on the development of the jus ad bellum. *International Affairs* 85: 3 (2009), pp. 477-490.
- Hamiti, U. (2015). Nato In Kosovo-Kfor Mission, Intentions, Successes, Failures. *European Journal of Research in Social Sciences Vol. 3 No. 6, 2015*, pp. 49-50.
- Hayden, W. (20 de Setembro de 2007). The Kosovo conflict: The strategic use of displacement and the obstacles to international protection. *Civil Wars*, 2:1, 35-68, pp. 35-68.
- Henzel, C. (2005). The Origins of al Qaeda’s Ideology: Implications for US Strategy . *US Army War College Quarterly: Parameters* 35, no.1, p. 75.
- Kam Kah, H. (2014). History, external influence and political volatility in the Central African Republic (CAR). *Journal for the Advancement of Developing Economies*. 5. , pp. 17-31.
- Karar, İ. G. (Setembro de 2022). Un Intervention In Ethnic Based Conflicts: Rwanda And Bosnia. *Turkish Journal Of Political Science Volume 5 Number 2*, pp. 227-240.
- Keita, T. G. (19 de Outubro de 2018). Entrevista da RTP ao Tenente General Balla Keita, Comandante da MINUSCA. (A. Mateus, Entrevistador)
- Kenel, K. M. (2013). Five generations of peace operations: from the “thin blue line” to “painting a country blue”. *Rev. Bras. Polít. nt.* 56 (1), pp. 125-134.
- Khan, M. M. (Fevereiro de 2012). Second Congo War And The Role Of United Nations And India In Peace-Keeping. *International Journal of Research in Economics & Social Sciences Volume 2, Issue 2*, pp. 327-342.
- Klotz, A. (2008). *Qualitative Methods in International Relations :A Pluralist Guide*. Palgrave Macmillan.
- Lowenstein, J. (2016). US Foreign Policy and the Soviet-Afghan War: A Revisionist History. *Harvey M. Applebaum ’59 Award*. 9, p. 18.

- Manchanda, N. (2019). The Graveyard of Empires: Haunting, Amnesia and Afghanistan's Construction as a Burial Site. *Middle East Critique*, pp. 1-14.
- Manning, C., & Malbrough, M. (Julho de 2009). Learning the Right Lessons from Mozambique's Transition to Peace. *Taiwan Journal of Democracy*, Volume 5, No.1, pp. 77-91.
- Medeiros, G., Cardoso, R., & Soares, A. (Outubro de 2019). As Forças Terrestres Na República Centro - Africana, O Caso Português. *Cadernos do IUM N°38*, pp. 69-90.
- Mikolashek, J., Munday, L., & Brian, N. (2015). *The U.S. Army in Afghanistan Operation Enduring Freedom, March 2002-April 2005*. Estados Unidos: U.S. Army Center of Military History.
- MDN. (31 de 01 de 2017). Portaria n.º 29/2017. *Diário da República n.º 22/2017, Série II*, p. 2182.
- MDN. (2023). *A Participação de Militares Portugueses em Missões Internacionais Relatório Anual 2022*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Motta, C. (2019). Política Externa Portuguesa (Breve enquadramento histórico). Em J. F.-M.-M.-C. Pavia, *Política externa portuguesa contemporânea* (pp. 9-57). Lisboa: Universidade Lusíada.
- MDN. (28 de Julho de 1999). Portaria n.º 565/99. *Diário Da República — I Série-B N.º 174*.
- MDN. (25 de 02 de 2005). Portaria n.º 231/2005 (2.ª série). *Diário da República n.º 40/2005, Série II*, pp. 2851 - 2851.
- MDN. (20 de Julho de 2015). Louvor n.º 351/2015. *Diário da República, 2.ª série — N.º 139*.
- MDN. (05 de 07 de 2018). Portaria n.º 373/2018. *Diário da República n.º 128/2018, Série II*, pp. 18615 - 18615.
- MDN. (23 de 01 de 2020). Portaria n.º 83/2020. *Diário da República n.º 16/2020, Série II*, pp. 67-68.
- MDN. (01 de 03 de 2023). Portaria n.º 102/2023. *Diário da República n.º 43/2023, Série II*, pp. 28-29.
- MDN. (13 de 05 de 2025). Portaria n.º 341/2025/2. *Diário da República n.º 91/2025, Série II*, pp. 1-2.
- Nan, X. (2024). The Role and Limitations of the United Nations in Middle East Security A Case Study of United Nations Truce Supervision Organization. *8th International Seminar on Education, Management and Social Sciences* (pp. 1029-1038). School of Foreign Languages, Peking University, Beijing: Atlantis Press.
- National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States, W. (17 de Julho de 2004). *The 9/11 Commission Report*. Washington,DC.
- National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States, W. (17 de Julho de 2004). *The 9/11 Commission Report*. Washington D.C.
- Nations, U. (10 de Junho de 1999). Resolution 1244 (1999). *S/RES/1244 (1999)*.
- Nelson, C. R. (2006). *How Should NATO Handle Stabilisation Operations and Reconstruction Efforts?* Washington D.C.: The Atlantic Council.
- Neumann, B., & Williams, C. (2020). *Operation Enduring Freedom, May 2005-January 2009*.
- North Atlantic Treaty Organization. (2001). 3.4.1 Peace Support Operations. *Allied Joint Doctrine For The Conduct Of Operations*, pp. 1-164.
- Pavia, J. (2019). *Política Externa Portuguesa Contemporânea*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora.
- Peace Support Operations. (2001). Em J. Eriksen, *Nato Unclassified Peace Support Operations* (p. 36). Allied Joint Publication.
- Pereira, B. (2006). Relações entre Portugal e a República Popular da China. *Relações Internacionais*, 10, pp. 65-73.

- Peters, J. E., Johnson, S., Bensahel, N., Liston, T., & Williams, T. (2001). *European contributions to Operation Allied Air Force : implications for transatlantic cooperation*. Santa Monica: Rand.
- Português, E. (5 de Abril de 2013). IV. Portugal no Mundo. *Conceito Estratégico de Defesa Nacional*, p. 21.
- Português, E. (2024). Um País global e humanista. Em E. Português, *Programa XXIV Governo Constitucional* (p. 173). Lisboa: Estado Português.
- Português, E. (2024). Um país global e humanista. Em E. Português, *Programa XXIV Governo Constitucional* (p. 171). Lisboa: Estado Português.
- Prakash, B., & Nandini, K. (2005). Issues and Challenges in Modern Peace Operations. *Strategic Analysis*, 29:1, pp. 5-15.
- Reis, J., & Menezes, S. (13 de 6 de 2019). The Portuguese Special Operations Forces as Instrument of Foreign Policy: The Case Study of Afghanistan. *Developments and Advances in Defense and Security, Smart Innovation, Systems and Technologies 152*, p. 251.
- Reis, J., & Menezes, S. (13 de 6 de 2019). The Portuguese Special Operations Forces as Instrument of Foreign Policy: The Case Study of Afghanistan. *Developments and Advances in Defense and Security, Smart Innovation, Systems and Technologies 152*, p. 252.
- Reis, J., & Menezes, S. (s.d.). The Portuguese Special Operations Forces as Instrument of Foreign Policy: The Case Study of Afghanistan. *Developments and Advances in Defense and Security, Smart Innovation, Systems and Technologies 152*, p. 251.
- Richmond, O. P. (2004). UN peace operations and the dilemmas of the peacebuilding consensus. *International Peacekeeping*, 11:1, pp. 83-101.
- Rodrigues, D. (2011). As Forças Armadas Portuguesas no Afeganistão. *Nação e Defesa N.º 130 – 5.ª Série*, pp. 131-155.
- Rodrigues, D. (2011). As Forças Armadas Portuguesas no Afeganistão. *Nação e Defesa N.º 130 – 5.ª Série*, pp. 131-155.
- Sá, T. M. (2016). *Política externa portuguesa*. Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Silvestre, G., Bento, N., Castro, T., & Monteiro, A. (Outubro de 2019). A Atividade De Receção, Estacionamento E Movimento Em Apoio A Uma Força Nacional Destacada. *Cadernos do IUM N.º 38*, p. 127.
- Sousa, N., Azevedo, A., Carqueijo, A., & Dias, O. (2018). A Projeção/Retração De Uma Força Nacional DestacadA. *Cadernos do IUM N.º38*, pp. 93-114.
- Spijkers, O. (2015). The Evolution of United Nations Peacekeeping in the Congo. *Journal Of International Peacekeeping*, pp. 88-117.
- United Nations Department of Peacekeeping Operations. (2008). Chapter 3 The Basic Principles of United Nations Peacekeeping. *United Nations Peacekeeping Operations Principles and Guidelines*, pp. 31-36.
- United Nations Department of Peacekeeping Operations. (2008). Chapter 4 Deciding to Deploy a United Nations Peacekeeping Operation. *United Nations Peacekeeping Operations Principles and Guidelines*, p. 47.
- United Nations Department of Peacekeeping Operations Department of Field Support. (2008). Chapter 2 The Evolving Role of United Nations Peacekeeping Operations. *United Nations Peacekeeping Operations Principles and Guidelines*, pp. 17-18.
- Vicente, J. (2019). Três décadas de participação da Força Aérea Portuguesa em Operações da NATO. *Revista Militar N.º 6/7 – junho/julho 2019*, pp. 795-831.
- Vinha, L., & Freire, M. R. (2011). Política externa: modelos, actores e dinâmicas. Em M. R. Freire, *Política Externa As Relações Internacionais em Mudança* (p. 20). Coimbra: Imprensa Da Universidade De Coimbra.
- Wentz, L. (2002). Chapter II :Background. Em L. Wentz, *Lessons From Kosovo: The KFOR Experience* (p. 41). DoD Command and Control Research Program.